

Uma lentidão desesperante

PÚBLICO, 8.1.95

A APLICAÇÃO do protocolo de Lusaca continua a ser feita com uma lentidão desesperante, sem que se desmilitarizem todas as forças da UNITA e se desarme toda a população civil. Não se desmobilizam os homens em excesso de um e outro lado e não se reestruturam por completo as Forças Armadas Angolanas (FAA), de modo a ultrapassar todos os problemas verificados desde as eleições de Setembro de 1992.

Sob os mais diversos pretextos, a reunião entre os chefes dos estados-maiores das FAA e da UNITA, respectivamente generais João de Matos e Arlindo Chenda Pena, "Ben-Ben", aguardada desde antes da rubrica do protocolo de Lusaca, no fim de Outubro, continua sem se efectuar.

Prevista há dias para se realizar finalmente na semana que ora começa, na localidade de Chipipa, considerada "terra de ninguém", uma vintena de quilómetros acima da cidade do Huambo, a UNITA veio depois dizer que esse não seria o melhor cenário possível e que até não se achava em grande segurança tão perto da capital provincial.

Depois disso, o partido de Jonas Savimbi apresentou a contraproposta de Chicala

Tcholuanga, um pouco a Nordeste, já no caminho para o Bailundo, que é a zona onde nos últimos dois meses tem estado praticamente a funcionar o estado-maior do Galo Negro. Mas o general Higiño Carneiro disse ontem ao PÚBLICO que o Governo não aceita voltar atrás quanto ao que foi combinado com a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem II), para uma reunião dia 10 deste mês em Chipipa.

O objectivo dos trabalhos entre João de Matos e "Ben-Ben" é criar equipas mistas para garantir a cessação total das hostilidades, com vista a uma paz efectiva em todo o território angolano, conforme houve transitoriamente no segundo semestre de 1991 e nos primeiros nove meses de 1992.

Pretende-se criar mecanismos para evitar novos incidentes até que efectivamente chegue um número razoável de capacetes azuis, durante os próximos meses. E também se quer estabelecer uma linha telefónica directa entre Luanda e a região do Bailundo, que é aparentemente agora a base de trabalho de Savimbi e de "Ben-Ben".

As terras que vão do Bailundo ao Andulo, já na província do Bié, são nesta fase

do processo angolano a espinha dorsal da UNITA e um dos seus últimos redutos, depois de no fim de 1993 o partido do Galo Negro haver chegado a movimentar-se com bastante liberdade em quase 80 por cento do território nacional.

Carta para Savimbi

Higiño Carneiro, membro da delegação governamental à Comissão Conjunta que todas as semanas se está a reunir em sessão plenária, anunciou que os representantes de Savimbi já podem a partir de agora viajar livremente entre Luanda e o Bailundo, sem terem de ir a Kinshasa, conforme até há pouco faziam.

Dentro dessa nova liberdade de utilização do espaço aéreo angolano, o chefe da missão da UNITA na Comissão Conjunta, brigadeiro Isaías Samakuva, deverá ir dentro das próximas 48 horas ao Bailundo, entregar ao presidente do seu partido a resposta do chefe do Estado a uma carta que recentemente lhe enviou.

Depois disso, Samakuva tomará então o caminho de Kinshasa, com o alegado objectivo de levar ao Presidente Mobutu uma carta de Savim-

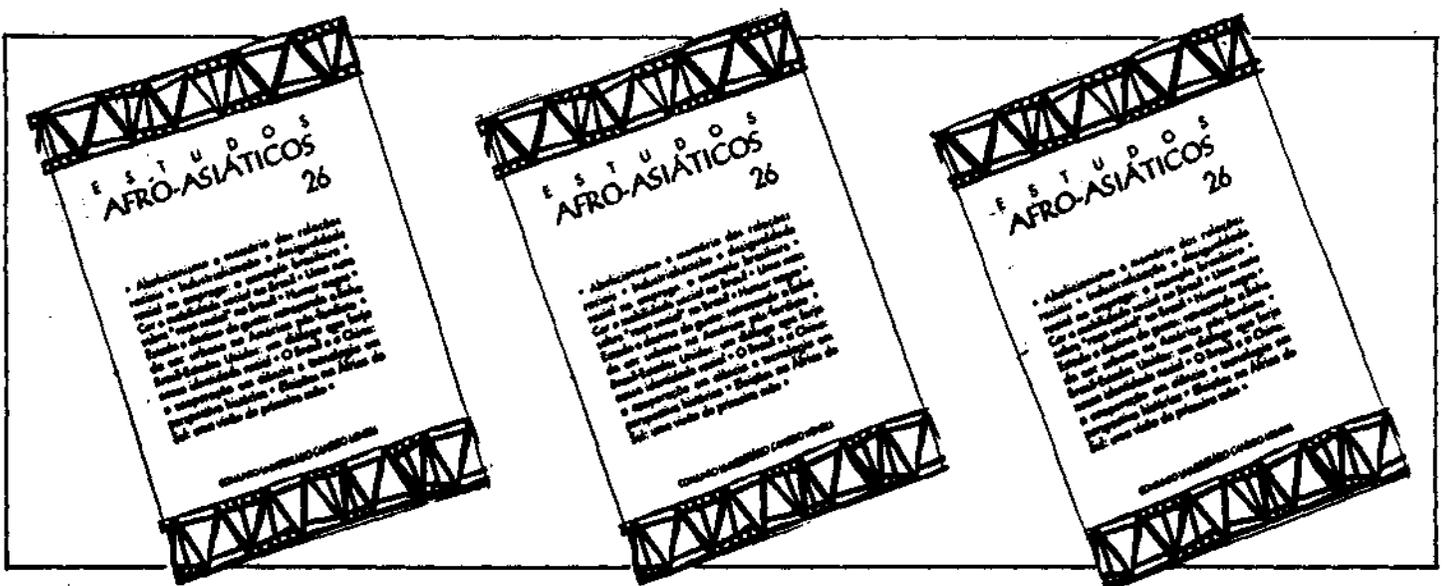
bi, como prólogo para a anunciada cimeira que por todo este mês deverá reunir no Zaire o chefe do Estado angolano e o velho marechal.

Ao fim e ao cabo, aquilo a que se assiste é uma série de viagens para cá e para lá, entre diversas cidades, antes de efectivamente se conseguir a livre circulação de pessoas e de bens por todo o território angolano, sem qualquer receio de bombas, minas ou tiros esporádicos.

Nesse âmbito das arrastadas diplomacias que tanto tardam em dar resultados bem palpáveis, Jonas Malheiro Savimbi convidou os elementos da troika de observadores do processo a irem em breve visitá-lo ao Bailundo, dizendo analistas em Luanda que um dos objectivos é tentar o desanuviamento das relações da UNITA com Portugal e, até mesmo, com o próprio medianeiro, Alioune Beye.

Entretanto, em algumas regiões de Angola a tensão continua a ser grande, como no Uije, onde os soldados de um e outro lado chegam a estar a uma escassa centena de metros uns dos outros, o que é sempre uma situação potencial para novos incidentes. ■

Aguiar dos Santos,
em Luanda



Moçambique

Luta no "partido islâmico"

José Pinto de Sá, em Maputo

PÚBLICO, 4.1.95

A RESIDÊNCIA do líder político muçulmano Ya-Qub Sibindy foi alvo de duas tentativas de assalto na madrugada de segunda-feira, numa aparente escalada na luta de facções dentro do Partido Independente de Moçambique (Pimo).

Testemunhas no local declararam que, pouco após a meia-noite, um indivíduo não-identificado tentou penetrar na residência de Sibindy, no Bairro Central, em Maputo. Detetado pelos guardas, travou luta com eles e acabou por fugir. Cinco horas depois, outro desconhecido tentou novo assalto à casa, mas a segurança do líder muçulmano voltou a pôr em fuga o intruso.

Sibindy declarou ontem ao PÚBLICO que está convencido que os assaltantes pretendiam matá-lo e afirmou desconfiar que, por trás das tentativas, estaria o seu aguerrido inimigo Mussagy Abdul Mussagy (ver PÚBLICO de 31-12-94).

"Isto não é novo", acrescentou Sibindy. "Há pessoas do grupo de Mussagy que me amea-

çam de assassinato. Disseram que me iam emboscar mesmo na mesquita".

Mussagy, que presidia à comissão nacional de controlo do Pimo, desencadeou há uma semana uma violenta campanha contra Sibindy, o presidente do partido. Contando com o apoio de outros membros da comissão e do secretariado nacional, ele anunciou a intenção de suspender a actual presidência e substituí-la por uma "d direcção colegial".

Na ocasião, Mussagy acusou Sibindy de promover o fundamentalismo islâmico em Moçambique e de recrutar jovens para treino militar na Argélia, com vista a lançar a luta armada. "Pimo quer dizer partido islâmico e não partido independente", comentou Mussagy.

A resposta não se fez esperar. Três dias depois, Mussagy e outros dirigentes eram expulsos do Pimo por determinação do comité político permanente (CCP), que reafirmou a autoridade de Ya-Qub Sibindy e decidiu levar a tribunal "o grupo re-

belde e ambicioso".

"Tenciono processar Mussagy", confirmou ao PÚBLICO Sibindy, que acusa o seu rival de "desestabilizar o partido e a sociedade em geral".

Mussagy recusa-se contudo a acatar a ordem de expulsão. "Eu não presto contas a Sibindy e muito menos ao CCP, que para mim é um comité de fundamentalistas". Para ele, aceitar a divisão do Pimo seria "consentir que haja fundamentalismo em Moçambique". Nega no entanto qualquer envolvimento nas tentativas de assalto à casa de Sibindy. "Seria estúpido mandar assassiná-lo", limitou-se a comentar.

Sibindy encontra-se sob estreita protecção policial desde o dia 22 de Dezembro, por recear ser vítima de assassinato, na luta que o opõe aos seus adversários no chamado "partido islâmico".

Sibindy fundou o Pimo em 1993 e, embora o apresentasse como um partido de todas as religiões, nunca logrou vencer a opinião pública cristã

de que não se tratava de um partido islâmico.

Quanto à população muçulmana, ela parece ter optado por ultrapassar velhas desconfianças e apoiar a Frelimo, que incluiu nas suas listas eleitorais personalidades maometanas como o maulane Nazir Lunat e o magnata Iqbal Gani. Nas eleições de Outubro, Sibindy quase não chegou a ter um por cento dos votos e o Pimo pouco mais conseguiu.

Um militar e um polícia mortos e dois feridos graves é o saldo de um confronto armado, segunda-feira à noite, num subúrbio de Maputo, entre elementos do novo Exército e da polícia.

O incidente parece ter sido um trivial ajuste de contas entre os dois corpos de segurança. Segundo versão policial, citada pela Lusa, tudo terá começado quando um soldado das Forças Especiais foi detido sob acusação de "raptos consentidos" de uma mulher casada. Quarenta soldados invadiram à noite a esquadra para libertar o camarada e vingar-se da polícia. ■



Angola com esperanças

Savimbi escreveu a José Eduardo dos Santos

PÚBLICO, 3.1.95

O PRESIDENTE angolano, José Eduardo dos Santos, deverá responder ainda esta semana à carta do líder da UNITA, Jonas Savimbi, que na sexta-feira lhe foi entregue pelo representante daquele partido na Comissão Conjunta, brigadeiro Isaias Samakuva, disse ao PÚBLICO fonte política de Luanda.

A resposta do chefe do Estado às propostas para o reforço da confiança entre as duas partes deverá ser entregue pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas, general João de Matos, ao seu homólogo Arlindo Chen-La Pena, "Ben-Ben", quando dentro de alguns dias se encontrarem, algures no Sul ou no Sueste do país.

Entretanto, sexta-feira, na sua habitual reunião plenária semanal, a Comissão Conjunta (CC) tem por objectivo delinear as áreas de acantonamento das FAA e da UNITA. Mas não se crê que avance muito, dada a ausência em Lisboa, onde amanhã inicia uma visita de três dias, do diplomata maliano Alioune Blondin Beye, que em Angola representa o secretário-geral das Nações Unidas, Butros-Butros-Ghali.

Nos impedimentos de Beye, é o general nigeriano Chris Garuba, comandante das escassas forças da ONU em território angolano (Unavem II), quem dirige as reuniões da CC, que têm sempre a participação — além das partes mais directamente envolvidas no conflito — de observadores de Portugal, Estados Unidos e Federação Russa.

Um dos objectivos da actual troca de correspondência entre o chefe da oposição e o Presidente da República é que, pela primeira vez em mais de dois anos, Savimbi e José Eduardo dos Santos se possam sentar frente a frente e limar muitos dos obstáculos que ainda existem para a normalização da vida em Angola. ■

Aguar dos Santos, em Luanda

EDUCAÇÃO

Pela primeira vez na África do Sul, Ministério da Educação vai deixar de ser segregado

O Ano I da educação sem raças

PÚBLICO, 4.1.95

Mudar um sistema educativo segregado que estava na base de uma política de separação racial não é fácil. E, no entanto, é essa a tarefa que o Governo de Nelson Mandela se propôs realizar neste início de ano. Pela primeira vez, a África do Sul irá ter um verdadeiro Ministério da Educação unificado, sem distinção de raças. Só falta fazer tudo o resto.

A partir deste mês, as escolas da África do Sul nunca mais serão as mesmas. O sistema herdado do "apartheid", de diferentes departamentos da educação consoante as raças dos alunos, foi desmantelado e, no seu lugar, constituído pela primeira vez um verdadeiro Ministério da Educação unificado.

A partir de agora será mais difícil apresentar resultados como os revelados no final de Dezembro pelos diferentes departamentos de Educação — "branco", "negro", "asiático" e "mestiço" — em que os alunos negros apareciam como claramente desfavorecidos relativamente aos seus colegas.

Dados provisórios relativos a 1994 que indicam que as médias de final de ano dos estudantes negros melhoraram substancialmente quando comparados com 1993 — mas que continuam a ser cerca de 50 por cento das da minoria branca.

O Departamento da Educação e Formação (este será também o primeiro ano em que a Educação terá um ministério próprio, sem acumulação com outras pastas) indicou que as médias para os candidatos negros ao ensino supe-

rior passou de 38,3 por cento no ano anterior para 48,5 por cento. O ano escolar na África do Sul inicia-se no mês de Janeiro de cada ano.

"Em nome do departamento, gostaria de dar os parabéns aos 171.586 candidatos que ficaram aprovados no exames de 1994 ['Standard 10 examinations']", disse num comunicado o responsável pelo departamento, Dirk Meiring. Contudo, trata-se de uma percentagem de aprovações ainda longe da ideal, uma vez que se inscreveram 410.784 alunos, dos quais fizeram o exame 379.828.

Dos estudantes negros que ficaram aprovados, apenas 12,7 por cento se qualificaram para a admissão ao ensino superior. A percentagem, apesar de reduzida, mostra um claro incremento relativamente ao ano anterior, quando ficaram aprovados para acesso à universidade apenas oito por cento dos 360.956 candidatos inscritos.

Os restantes departamentos da educação mostraram resultados substancialmente superiores. O departamento branco anunciou percentagens de aprovação de 97,3 por cento, em escolas tradicionalmente brancas. O departamento asiático da educação anunciou 92,4 por cento de aprovações, igualmente em escolas quase exclusivamente frequentadas por alunos de origem asiática, nomeadamente indiana. Em escolas com alunos mestiços, os resultados foram de 87,5 por cento.

Dirk Meiring elogiou os resultados dos jovens negros, principalmente tendo em conta que "atravessaram graves boicotes estudantis, greves ilegais,

greves de professores e manifestações", as quais introduziram graves perturbações no funcionamento do ano lectivo.

Nalgumas áreas, estes factores tiveram efeitos cumulativos que levaram a que muitas escolas não conseguissem sequer funcionar normalmente. "Por vezes parecia quase impossível aos pais, alunos, funcionários e professores trabalharem em conjunto para atingirem objectivos comuns", acrescentou o mesmo responsável, citado pela agência Reuter.

Uma nova era

O Governo do Presidente Nelson Mandela anunciou planos para fundir, já a partir deste mês, os diferentes departamentos da educação, uma herança do "apartheid", que estavam constituídos segundo a raça da população.

Ao longo de décadas de política segregacionista, o fosso entre o desempenho dos alunos brancos e o dos negros foi-se alargando. A principal razão, de acordo com responsáveis pelo sistema educativo sul-africano, foi a política deliberada de manutenção de "substandards" educativos para a maioria negra.

Até ao final de 1994, existiam na África do Sul 18 departamentos de educação funcionando sob quatro sistemas escolares diferentes — para brancos, asiáticos, mestiços e negros — sob o siste-

ma de "apartheid", formalmente extinto em Abril, quando o ANC de Nelson Mandela venceu as primeiras eleições multirraciais do país.

Na prática, todas as escolas sul-africanas são livres de admitir qualquer aluno. Mas o Governo ainda gasta cerca de quatro vezes mais na educação de um aluno branco do que na de um negro.

Por outro lado, as escolas das áreas predominantemente negras estão a cair. Algumas parecem situadas em zonas de guerra, com as janelas partidas, os telhados queimados caídos sobre as salas de aula. Os alunos têm de trabalhar sobre os esqueletos metálicos do que foram as secretárias — o que resta depois de terem sido incendiadas. Noutras, materiais de trabalho e de estudo, desde livros a equipamento científico, foram roubados e nunca repostos.

Apesar de tudo aquilo que há para fazer, o responsável pelo recém-extinto departamento negro da Educação está optimista e diz que acredita "que a educação se conseguirá erguer para fora do abismo em que se enterrou; a educação deverá ser o instrumento para a reconciliação nacional e para o sólido estabelecimento e manutenção de uma nova nação". ■



Na África do Sul, a educação é entendida com factor de desenvolvimento nacional



Moçambique Quem matou Machel?

O ACIDENTE aéreo que há oito anos vitimou o Presidente Samora Machel terá sido comandado de Maputo, acusa o advogado italo-moçambicano Umberto Casadei, que trabalhou desde 1970 para os serviços de contra-espionagem da Frelimo.

"Eu descobri, com base nas revelações de um soviético, como tinha sido possível, tecnicamente, ao operador das ajudas de terra à navegação aérea tornar (aqueles) ineficientes, sem deixar qualquer rasto e sem sequer o controlador da torre se aperceber disso", afirmou Casadei, numa entrevista publicada na terça-feira em Maputo pelo diário "Imparcial". "Adverti todas as entidades interessadas, mas ninguém quis ouvir-me, o que me deixou com a clara sensação de que eles sabiam muito mais do que eu, mas o que queria é que eu ficasse bem calado e tranquilo", acrescentou.

Machel e a sua comitiva, bem como a tripulação soviética, perderam a vida na noite de 19 de Outubro de 1986, quando o Tupolev em que viajavam no regresso de uma cimeira em Lusaca, embateu contra uma montanha em Mbuluzini, na província sul-africana do Transvaal.

Apesar de a comissão internacional de inquérito ter declara-

PÚBLICO, 5.1.95

do não haver provas de que o acidente fora provocado, as autoridades moçambicanas persistiram na suspeita de que os sul-africanos tinham programado a morte de Machel, interferindo no sistema de orientação da aeronave. A versão oficial nunca teve a aprovação da viúva, Graça Machel.

Umberto Casadei decidiu fazer estas revelações pouco antes do seu regresso a Itália. Ao fim de um quarto de século de colaboração com a Frelimo, o ex-agente diz-se amargurado com as injustiças que alegadamente sofreu em Moçambique.

O advogado tornou-se uma espécie de estrela mediática no ano passado, ao escapar com vida a três atentados à bala. Na altura, Casadei atribuiu os ataques a colaboradores do empresário António Bessesse Pinto, actualmente a monte. Em 1993, um tribunal de Maputo indigitou Casadei como gestor do Grupo Pinto, proprietário de uma dezena de restaurantes, cafés e discotecas, em Maputo, e acusado de hurla por um banco. Mas constava que Pinto agia como simples figura de fachada do seu tio Armando Guebuza, um dos homens mais poderosos de Moçambique e líder parlamentar da Frelimo.

Nascido em Itália numa família comunista, Casadei começou a colaborar com a Frelimo em 1970. Logrou infiltrar-se nos serviços de segurança da Rodésia de Ian Smith, o que lhe permitiu prestar grandes serviços aos guerrilheiros moçambicanos, como, por exemplo, a informação de que o Exército português estava a preparar a célebre operação "Nó Górdio". ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Tensão com Savimbi "é coisa do passado"

PÚBLICO, 5.1.95

SUCEDEU em Outubro de 1993 a Margaret Anstee na mediação do processo de paz angolano mas teve mais sorte que a diplomata britânica: conseguiu que Governo e UNITA assinassem a paz e concluíssem um cessar-fogo. A fragilidade dos acordos não o assusta. Acha que a ONU faz o que pode e prefere agarrar-se aos textos assinados pelas duas partes do que ligar ao que dizem dele. Acredita num encontro — que não diz nem quando nem onde — entre o Presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Desde ontem em Lisboa para uma visita de três dias a convite do Governo português, Alioune Blondin Beye veio, afinal, fazer uma profissão de fé no processo de paz.

Entrevistado pelo PÚBLICO, Beye disse compreender mas não partilhar o pessimismo

da comunidade internacional em relação a Angola: "Compreendo o pessimismo, pois é preciso lembrar que se trata de um conflito que dura há 30 anos, e que conheceu já dois reveses, mas é verdade que estou optimista".

Para o mediano angolano muita coisa aconteceu nos últimos quatro anos: "O cenário internacional mudou muito entre 1991 e 1994, como mudou o contexto regional, com a queda do 'apartheid' na África do Sul e o início do processo de democratização em Moçambique", disse, sublinhando também a ansiedade dos próprios angolanos pela paz.

"Mas é preciso acrescentar que a comunidade internacional aplicou desta vez mais meios que os que adoptou para o acordo de Bicesse, que são as

Beye realça papel de Portugal

PÚBLICO, 4.1.95

PORTUGAL tem um papel "incontornável e muito importante para o desfecho do conflito angolano", disse ontem o representante do secretário-geral da ONU em Angola, Alioune Blondin Beye.

Entrevistado pela agência Lusa em Joanesburgo, na véspera da visita oficial de três dias que hoje inicia ao nosso país (ver pág. 5), o mediano do conflito angolano considerou que Portugal tem um papel "histórico específico" em Angola, de cujo processo de paz foi observador e que continua a acompanhar no âmbito da Comissão Conjunta Político-Militar.

Referindo-se aos contac-

tos que manteve na última semana com os chefes de Estado do Zaire, Zimbabwe e Zâmbia, Blondin Beye disse que a ONU "não se tem poupado a esforços" para "os contextos militar e político" no país, de modo a possibilitar o encontro entre o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e o líder da UNITA, Jonas Savimbi.

Beye congratulou-se com a recente troca de mensagens entre Santos e Savimbi, considerando que são particularmente importantes "os contactos entre os dois homens", mas escusou-se a apontar uma data ou um local para o encontro. ■



Nações Unidas que presidem à Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) e que o papel da comunidade internacional é hoje muito mais importante do que antes", disse Beye, que nas últimas semanas se tem desdobrado em visitas aos chefes de Estado da região.

Admitindo que as deslocações que fez ao Zaire, Namíbia e África do Sul se destinaram "também" a preparar o próximo encontro entre o Presidente José Eduardo dos Santos e o líder da oposição armada Jonas Savimbi, Beye desmentiu que o encontro esteja para breve ou possa ocorrer até ao fim do mês, segundo uma informação que a imprensa internacional chegou a atribuir-lhe: "Recusou-me a dispor da agenda quer do Presidente angolano quer do líder da UNITA".

Alioune Beye desdramatizou depois a crise política interna na UNITA — reconhecida pelo próprio líder na sua recente entrevista ao diário francês "Libération" — no que ela poderá ser prejudicial para o processo de paz, afirmando que se trata de "um movimento organizado, disciplinado, que reconhece o seu chefe", e disse que a tensão entre ele e Jonas Savimbi é coisa do passado.

"O dr. Savimbi já fez saber através do chefe da sua delegação militar na CCPM que a questão está ultrapassada. O problema está encerrado, foi um mal-entendido. Disse mesmo estar disposto a encontrar-se comigo brevemente, com a sua habitual hospitalidade", afirmou o mediano.

Sobre a falta de empenhamento das Nações Unidas em Angola, outra crítica do dirigente da UNITA, o representante do secretário-geral da ONU disse que "é preciso relativizar, que não podemos comparar os dois quadros, e que em menos de um mês os soldados da paz começaram a chegar" a Angola: "O protocolo foi assinado no dia 20 de Novembro e no dia 19 de Dezembro os primeiros elementos estavam no terreno, depois de uma decisão positiva do Conselho de Segurança".

Quanto à situação humanitária, o mediano angolano acha que também ela melhorou: "Melhorou muito. O auxílio às populações voltou a ser retomado. Morriam diariamente no país mil pessoas. Não digo que a paz seja um dado adquirido, mas digo que a situação humanitária em Angola é hoje muito melhor do que a de ontem". ■

Fernando Sousa

Alioune Beye em Lisboa para falar do processo de paz em Angola

“Ninguém pode substituir Portugal”

PÚBLICO, 5.1.95

Joaquim T. de Negreiros

Durão Barroso apresentou-o como “um optimista nos momentos difíceis”. E Alioune Beye tratou de o justificar. Disse que o caminho para a paz em Angola não está bloqueado e elogiou o papel insubstituível de Portugal. Em declarações ao PÚBLICO, deu a entender que Eduardo dos Santos e Savimbi só ainda não se encontraram porque a reunião tem de ser bem preparada.

Durão Barroso não disfarçava ontem a sua satisfação enquanto o maliano Alioune Blondin Beye, sentado a seu lado para uma conferência de imprensa conjunta, no Palácio das

Necessidades, em Lisboa, desfiava longos elogios à participação portuguesa no processo de paz em Angola. Para o representante especial da ONU, que mediou as negociações de Lusaca e hoje preside às reuniões da Comissão Conjunta em Luanda, Portugal, por razões históricas, “ocupa um lugar que ninguém mais pode ocupar” no processo.

Mas Beye não ficou por aqui. Usou as palavras “neutralidade” e “integridade” para louvar o trabalho do embaixador português Rocha Páris em Lusaca, definiu o protocolo assinado naquela cidade como “um complemento de Bicesse” e afirmou que a diplomacia de Lisboa “sempre trabalhou em prol da paz”.

Quando confrontado com a notícia de que aproveitaria os contactos em Portugal para pedir esclarecimentos sobre o caso OGMA — a rádio Vorgan chegou a dizer que a UNITA o incumbira dessa missão —, Alioune Beye disse apenas que não veio “a pedido da UNITA” e que não lhe competia “pedir explicações a um Estado soberano”, alegando o seu limitado conhecimento das relações entre Lisboa e o movimento do Galo Negro para não dizer mais nada a esse respeito. A não ser que “nada relacionado com o ‘dossier’ angolano escapou” durante a sua conversa, de cerca de

uma hora, com Durão Barroso...

Mas, ainda antes da fase das perguntas, Beye correspondeu ao convite de Durão Barroso para que fizesse um ponto da situação do processo de paz. Optimista — o próprio ministro português já incluíra essa característica na lista de adjetivos com que o apresentou —, Beye confirmou o encontro dos principais chefes militares do Governo e da UNITA até ao fim da semana, em Angola, e garantiu o seu empenho para que um futuro encontro entre Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi seja mais do que um acontecimento mediático.

A contrariar o optimismo do diplomata maliano, o chefe da delegação da UNITA na Comissão Conjunta, Isaias Samakuva, adiantou em Luanda que o encontro entre os generais João de Matos e Ben Ben não ocorrerá na próxima sexta-feira, como, segundo revelou o dirigente do Galo Negro, chegou a estar previsto.

Para o representante da ONU, o encontro entre “dois líderes com tal representatividade” será o terceiro e decisivo teste para o processo de Lusaca. O primeiro e o segundo teste estão cumpridos: o protocolo foi assinado e a Comissão Conjunta está a reunir-se regularmente em Luanda, sob a presidência do próprio Alioune Beye.

Portugal na UNAVEM III

Para que o processo avance, Beye sublinha ainda a importância de dois “elementos suplementares”: o encontro já confirmado entre os chefes dos Estados-Maiores; e a presença dos observadores no terreno, sobretudo nas “zonas sensíveis” do Uije e do Huambo, onde se têm registado “incidentes”. Incidentes, enfatizou o diplomata ao serviço das Nações Unidas, que não comprometem o cumprimento globalmente satisfatório do cessar-fogo.

Sem estabelecer um paralelo com os três testes do processo de paz, Beye falou também em três fases. A primeira, a terminar em 8 de Fevereiro e que envolve cerca de 300 observadores da ONU, para assegurar a fiscalização do cessar-fogo; a segunda, a decorrer entre Fevereiro e Março e em que tomarão parte dois mil capacetes azuis, integrados na UNAVEM III, para garantir a desmilitarização e as retiradas previstas em Lusaca; a terceira, a “fase política”, para consagrar a reconciliação nacional em Angola.

Portugal já se disponibilizou para enviar um contingente para a UNAVEM III, correspondendo ao “desejo da ONU”, ontem reiterado por Beye. Quanto à dimensão da participação portuguesa, Durão Barroso nada adiantou. ■

Epidemia de cólera fora de controlo

PÚBLICO, 5.1.95

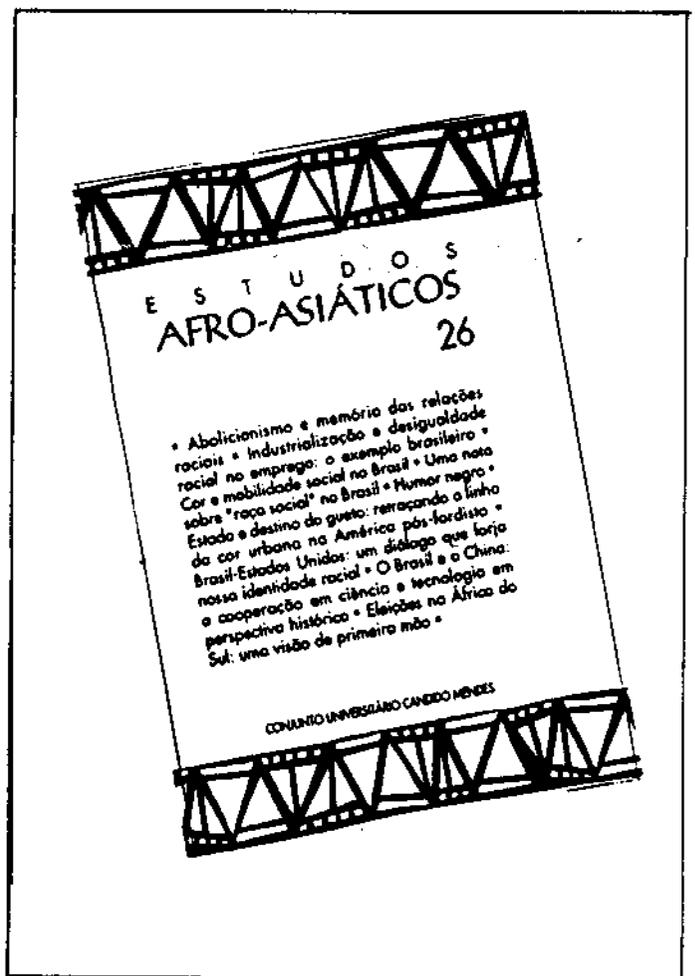
O SURTO de cólera que há um mês e meio atingiu Cabo Verde conheceu, nos últimos dias, um aumento assustador. Dos 54 casos declarados oficialmente no dia 27, de que resultaram oito mortos, o número saltou para 128 casos, com 12 óbitos, na terça-feira. A notícia foi divulgada ontem pela Rádio Nacional de Cabo Verde (RNCV), que considerou que a epidemia “não está sob controlo”.

Ainda segundo a mesma estação radiofónica estatal, a doença, apesar de continuar confinada à ilha de Santiago, alastrou-se já a outros dois concelhos, para além da Cidade da Praia, que continua a ser o principal foco de cólera, com 87 casos, de que resultaram oito falecimentos. A seguir vem Santa Catarina, com 37 casos e três óbitos; e por último Santa

Cruz, com quatro casos e uma morte. Até aqui as autoridades do país diziam que a epidemia era “preocupante, mas não alarmante” e que medidas tinham sido tomadas no sentido do seu combate (ver PÚBLICO de 2/1/95). O tom utilizado pela RNCV faz crer num aumento de casos ou de mortes. A última epidemia de cólera em Cabo Verde data de 1987.

A ausência de condições de saneamento básico, o lixo e a escassez de água, tanto em quantidade como em qualidade, num país assolado há vários anos por uma persistente seca, são algumas das causas do surto de cólera que assola Cabo Verde desde 15 de Novembro, data em que foi confirmada a morte de um cidadão na capital cabo-verdiana, portador da doença. ■

João V. Lopes, na Cidade da Praia



UNITA não gostou das declarações de Alouine Beye Contra a 'limpeza' de Portugal

PÚBLICO, 6.1.95

A UNITA recebeu mal o que considera ter sido uma "operação de limpeza" da participação portuguesa no processo de paz angolano por parte de Alouine Beye, o representante especial do secretário-geral da ONU para Angola que desde quarta-feira se encontra em Lisboa. Adalberto da Costa Júnior, o chefe da delegação do movimento do Galo Negro em Portugal, teve ontem ocasião de expressar pessoalmente o seu descontentamento ao próprio Beye, com quem teve um encontro ao fim da tarde.

Na quarta-feira, durante uma conferência de imprensa conjunta com o ministro Durão Barroso, Beye referiu-se várias vezes ao "papel insubstituível" de Portugal no processo de paz, elogiou a "integridade" e a "neutralidade" do observador português às conversações de Lusaca, embaixador Rocha Paria, e afirmou que a diplomacia de Lisboa trabalhou sempre "em prol da paz".

Quando confrontado com o "caso OGMA" pelos jornalistas, Alouine Beye optou por desvalorizar o episódio, salientando que a própria UNITA já retirara, no âmbito da Comissão Conjunta a funcionar sob a sua presidência, um pedido de afastamento de Portugal do processo, que chegou a ser apresentado na sequência das notícias sobre o apoio militar a Luanda.



Beye com Durão Barroso: uma sintonia que irritou a UNITA

A representação da UNITA em Lisboa sublinha que a retirada do pedido de exclusão de Portugal do elenco de países observadores foi "um gesto de boa vontade", mas não pode ser lido como sinal de que o caso está encerrado. A UNITA diz que continua à espera dos esclarecimentos pedidos numa carta enviada a Cavaco Silva e protesta contra a "hostilidade aberta" que detecta nas posições do ministro Durão Barroso. Já depois de o "caso OGMA" ter vindo a público, o ministro dos Negócios Estrangeiros português defendeu publicamen-

te a intensificação da cooperação com Angola em todos os sectores, explicitando que essa orientação incluía a cooperação militar com o Governo de Luanda. Tais declarações irritaram profundamente os representantes da UNITA, que insistem na necessidade de travar qualquer modalidade de apoio militar português a Luanda enquanto houver dois exércitos no terreno.

Sem contestar o papel "preponderante" que Portugal deverá assumir na formação de um exército nacional único em Angola nem o protagonismo que os la-

ços históricos asseguram a Lisboa em todo o processo de paz angolano, um dirigente da delegação da UNITA em Lisboa disse ontem ao PÚBLICO que nem por isso a posição de Alouine Beye "poderia ficar sem resposta".

O encontro com Adalberto da Costa Júnior foi o último compromisso de Beye durante o dia de ontem. A anteceder o duro diálogo com o representante da UNITA, o diplomata maliano a serviço de Butros Ghali teve uma série de contactos, todos eles relacionados com a situação em Angola.

Depois de uma reunião com a embaixadora dos EUA em Portugal, Elisabeth Frawley Bagley, avistou-se com o secretário de Estado da Cooperação, Brice e Gala, e fez uma intervenção no seminário para embaixadores e altos funcionários a decorrer no MNE.

Ao princípio da tarde esteve com Cavaco Silva em S. Bento. A saída da reunião com o primeiro-ministro, Beye aproveitou para rectificar uma informação que adiantara na véspera, anunciando que o encontro entre os generais João de Matos e Ben Ben, cuja realização ele previra até ao fim desta semana, teve de ser adiado "por uns dias".

Depois do compromisso em S. Bento, Alouine Beye manteve ainda contactos com os embaixadores da Federação Russa e da República de Angola em Lisboa, Alexandre Smirnov e Rui Mingas, encerrando com o representante da UNITA em Portugal o segundo dia desta sua deslocação a Lisboa. A visita termina hoje, depois de um encontro com o presidente do Instituto de Estudos Estratégicos, Alvaro Vasconcelos, e uma visita ao jornal "Diário de Notícias". ■

Joaquim Trigo de Negreiros

Morreu ontem o dirigente comunista sul-africano Joe Slovo

Pretória aguarda nova geração

PÚBLICO, 6.1.95

Jorge Heitor

A morte de Joe Slovo foi mais uma página virada no longo caminho da transição da velha África do Sul do último quarto de século para outra, inteiramente nova, que existirá no século XXI. Terão já saído de cena os

homens que mais representaram a luta entre o "apartheid" e os seus inimigos.

O presidente do Partido Comunista Sul-Africano, Joe Slovo, de 68 anos, faleceu ontem de madrugada na sua residência, em Joanesburgo, vítima de leucemia (câncer da medula óssea). E o chefe do Estado, Nelson Mandela, chamou-lhe "um grande patriota", enquanto o segundo vice-presidente, Frederik de Klerk,

enaltecia o seu "papel crucial" nas negociações que conduziram a um Governo tripartido de Unidade Nacional.

Em Lisboa, o secretariado do Comité Central do PCP falou da "acção insubstituível" do partido de Slovo na construção da nova África do Sul, (apesar de se tratar de uma formação que em si mesma não tem um número muito elevado de militantes). E é uma verdade que, mercê da sua aliança de longos anos com o ANC, os comunistas sul-africanos têm sabido desempenhar um papel de relevo na presente fase de transição.

Por outro lado, esta morte, depois da de outro destacado dirigente do Congresso Nacional Africano, Oliver Tambo, e da

doença que actualmente aflige um terceiro dirigente histórico da luta contra o "apartheid", Walter Sisulu, veio lembrar que Nelson Mandela, também ele, não é imortal; e que mais dia menos dia a nação sul-africana vai ter de lhe encontrar um substituto.

Um novo Presidente da República e uma série de novos quadros partidários deverão ser uma realidade na África do Sul do ano 2.000, depois de terem saído de cena todos aqueles que ainda há oito ou nove anos eram os rostos do país do ouro e dos diamantes: Pieter Botha, Andries Treurnicht, Mandela, Chris Hani...

Continua na pág. 7

SOCIEDADE

Luanda passou a viver com medo das crianças da rua

A raiva dos 'meninos despasseados'

José Eduardo Agualusa

PÚBLICO, 7.1.95

Durante o dia as ruas de Luanda enchem-se com a sua presença ruidosa. À noite estendem-se nos passeios, juntam-se em frente ao Banco Nacional

a aspirar gasolina, acendem pequenas fogueiras nas praias da Ilha. Fenómeno recente em Angola, os meninos da rua incomodam e

amedrontam. Brutalizados por marginais, espancados pela polícia, olhados com desconfiança pela generalidade da população, são uma das mais dramáticas e difíceis heranças da guerra civil.

"Fugi de comboio. Saltei o muro, um polícia me agarrou. Eu gritei, tenho de ir, se ficar aqui vou morrer. E vim. Primeiro fui para o Rangel. Um senhor me disse, fica aqui na minha casa, como estás despasseado podes ficar, faz de conta que és meu filho. E eu fiquei. Depois a comida começou a faltar. Fui-me embora. Um dia vi um autocarro chamado 28. Perguntei — esse autocarro vai onde? Vai na Ilha. Então eu subi e saí nos Trapalhães [complexo de restaurantes populares]; depois vim até aqui, ao bar Ponto Final. Agora estou a viver dos brancos. Me dão uma perna de frango, qualquer coisa para comer. De noite e de dia estou aqui. Às vezes levamos um carro, depois nos pagam 500 quanzas e vamos matabichar nos Trapalhães".

Oswaldo conta uma história semelhante. Fugiu das Lundas num avião: "O piloto era um mulato meu amigo. Me salvou". Os pais ficaram. A única coisa que Oswaldo trouxe da terra dos diamantes foi uma canção tristíssima, em língua choquê. Ele próprio tem dificuldade em traduzir a letra: "já esqueci. Agora só falo português". Zeca e Oswaldo queixam-se sobretudo do frio, à noite, e dos "mais-velhos" que constantemente os assaltam — "outro dia", acusa Zeca, "eu estava a dormir, e roubaram a minha camisa do Papa". Além dos ladrões, as crianças têm ainda de enfrentar a violência da polícia: "Os polícias nos levam na esquadra. Ontem mesmo nos vieram buscar a meio da noite. Nos molharam com água e depois começaram a nos bater com a mangueira. Diziam que tínhamos roubado a pasta de um branco. Mas o ladrão era outro".

Fantasma brasileiro

A população reage também com crescente hostilidade às crianças sem abrigo, responsabilizando-as pelo aumento dos pequenos furtos: "devíamos aprender com os brasileiros", diz Marina, secretária de uma empresa pública, "esses sabem o que fazer com os trombadinhas. É a tiro!". Outra posição muito comum — adoptada por responsáveis governamentais — procura

Continua na pág. 8

Continuação da pág. 5

Pretória aguarda nova geração

Ministra da Habitação

Actuando sem delongas, o Presidente sul-africano preencheu ontem mesmo a vaga de Slovo à frente do ministério da Habitação, designando para o cargo Sankie Nkondo, de 44 anos, militante do ANC que era até agora vice-ministra dos Assuntos Sociais. E marcou para dia 15 o funeral do dirigente histórico agora falecido, a sair da Câmara Municipal de Joanesburgo.

Mais difícil de preencher poderá ser, porém, o lugar do próprio Mandela, se dentro de dois ou três anos já não tiver saúde suficiente para continuar à frente do país que herdou de Frederik de Klerk. Não por que não haja políticos capazes, dentro do partido maioritário, mas por que aparentemente não estarão tão solidários entre si quanto o estavam os homens que há duas e três décadas enfrentaram os tempos mais duros do "apartheid".

O primeiro vice-presidente da República, Thabo Mbeki, de 52 anos, e o presidente da Assembleia Constituinte, Cyril Ramaphosa, de 42, são os príncipes herdeiros oficiais, só que alguns analistas os apresentam por vezes como personagens de uma tragédia shakespeariana, com uma adaga escondida por baixo do manto. E se essas aparentes divergências se repercutirem pelo aparelho abaixo, o ANC não terá muito a certeza de nas próximas eleições gerais voltar a conseguir 62 por cento dos votos e aguentar o capital de prestígio trazido dos tempos da clandestini-

dade.

De entre as figuras de segundo plano, os olhares irão voltar-se agora para o novo presidente de honra do ANC, Jacob Zuma, da mesma idade de Mbeki, para o secretário-geral do PC que sucedeu a Slovo e a Chris Hani, o discreto Charles Nqakula, também de 52 anos, e para a secretária-geral adjunta, Cheryl Carolus, de 37.

Factor sempre susceptível de influenciar, muitas vezes pela negativa, a imagem do ANC é o comportamento da vice-ministra da Cultura, Ciências e Tecnologia, Winnie Mandela, que para certas camadas mais desfavorecidas da população continua a ser uma espécie de Evita negra.

Enquanto isto, quem decerto poderá beneficiar com um certo desgaste da aliança maioritária é o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, que gostaria muito de ultrapassar de vez uma certa identificação com práticas segregacionistas, de cativar quase todos os indianos e mestiços, de seduzir até um número razoável de negros e de sair das próximas eleições com um quarto dos deputados.

Claro que o partido que foi dirigido por Verwoerd, Vorster e Pieter Botha não pode aspirar a muito mais do que isso, mas com 25 ou 26 por cento do Parlamento nas suas mãos seria uma força essencial para a África do Sul da próxima década, que deseja confirmar-se como o mais bem organizado dos países abaixo do Sara. ■

“A Paxinha / a Paxinha é bandida / naqueles tempos estudava comigo / bailava comigo / já por toda a Angola / Aquela mocinha é bandida”. Zeca José, é assim que diz chamar-se, tem onze anos de idade e vive debaixo de um coreto abandonado, na Ilha de Luanda. Canta marcando o ritmo com uma colher: “Madalena à minha espera / uma noite sem luar / Madalena ó / Madalena ó difuma”. Há mais meninos ali, ao fim da tarde, olhando a cidade que escurece do outro lado do mar. Quando a noite cai chegam às dezenas, às centenas, juntam-se em redor dos restaurantes, acendem pequenas fogueiras na areia da praia.

Há quatro, cinco anos atrás, Angola não conhecia a tragédia dos meninos da rua. Havia já, é claro, largos milhares de orfãos e crianças abandonadas pelos pais na confusão da guerra. Mas também havia muitas famílias a recolher e a criar meninos abandonados. O facto de na tradição rural o conceito de família ser muito alargado — um sobrinho é considerado filho —, explica que durante tanto tempo esta tragédia tivesse permanecido quase invisível. Com o prolongamento do conflito, a chegada da guerra aos centros urbanos e, sobretudo, o colapso da economia, romperam-se os últimos equilíbrios. É difícil calcular quantas crianças sem abrigo existem agora em todo o território angolano, mas só na capital angolana haverá, segundo dados da UNICEF, um mínimo de quatro mil.

Uma grande parte destas crianças nem sequer nasceu em Luanda. “Eu sou de Malanje”, diz Zeca, “fugi nos confrontos”. Fugiste sozinho? “Sim, cada pessoa fugiu no seu caminho”. Como é que conseguiste chegar a Luanda?

Judeu lituano, estalinista, estrategico do ANC

PÚBLICO, 7.1.95

NASCIDO em 23 de Maio de 1926 numa família judaica da aldeia de Obelai, na Lituânia, quando o anti-semitismo estava a crescer nas margens do Báltico, Joe Slovo foi aos nove anos levado para a África do Sul, onde aos 16 — já órfão de mãe — aderiu ao Partido Comunista, numa altura em que a guerra devastava a Europa.

Durante décadas conhecido como um estalinista e como uma figura básica da ligação entre a África Austral e o movimento comunista mundial, foi visto como o inimigo público número um por bastantes africaners para os quais o Kremlin era uma espécie de quartel-general do Mal.

No entanto, entre a maioria da população sul-africana, negra e mestiça, chegou a ter uma popularidade quase tão grande como a de Nelson Mandela, que conheceu na Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, onde ambos se licenciaram em Direito.

Para além de secretário-geral do Partido Comunista da África do Sul, foi comandante do Umkhonto we Sizwe (Lança da Nação), o braço armado do ANC, depois de ter sido detido em 1956 e em 1960, por actividades

contra o monopólio do poder então exercido pela comunidade branca, minoritária.

Espírito repartido entre as suas raízes europeias e a luta pela transformação do Terceiro Mundo, tinha como compositor preferido Gustav Mahler e deleitava-se com a leitura de Nicolau Gogol.

Fora do país quando a polícia deitou a mão a muitos dos outros quadros daquele grupo de combate activo ao "apartheid", em 1963, por aí ficou até 1990, data em que o então Presidente Frederik de Klerk libertou Mandela e autorizou uma série de formações políticas que se encontravam na clandestinidade.

Uma parte do exílio foi passada em Moçambique, onde a mulher, Ruth First, directora adjunta de Aquino de Bragança no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, acabou por ser vítima de uma carta armadilhada, aparentemente enviada pelos serviços secretos do "apartheid".

Pouco depois de ter regressado à sua pátria de adopção, foi-lhe diagnosticado um cancro da medula ós-

sea, tendo deixado em Dezembro de 1991 o espinhoso lugar de secretário-geral do PC, para assumir o cargo mais protocolar de presidente. Mas como o seu sucessor, Chris Hani, veio a ser assassinado, coube-lhe a ele continuar até ao fim como a figura mais emblemática de um partido pequeno mas muito influente.

Só que, como tantas vezes acontece a pessoas que sabem ou pressentem que a morte se aproxima, registou nos últimos anos algumas alterações na sua postura política, tendo-se tornado porventura mais maleável e dado um grande contributo para a ideia da formação de um Governo de Unidade Nacional, essencial à solidificação da democracia pós-apartheid.

Uma vez ganhas pelo ANC as eleições gerais do ano passado, em aliança com os comunistas e com a central sindical Cosatu, Joe Slovo ficou como ministro da Habitação — num executivo em que também estão representados o Partido Nacional e o Inkatha — e prometeu um milhão de novas casas até ao fim do século, mas terá agora de ser outro a cumprir a promessa. ■ J.M.

Continuação da pág. 10

A raiva dos 'meninos despassarados'

minimizar a situação dos meninos: "muitos estão na rua porque querem. É preciso distinguir entre crianças de rua e crianças na rua". Há alguns meses uma mulher encontrou uma criança dentro do seu apartamento e depois de a espancar com extrema violência atirou-a pelas escadas. O episódio, divulgado pela comunicação social, dividiu a opinião pública. A polícia não tomou qualquer atitude, mas pouco tempo depois um grupo de crianças arrombou a residência da mulher com a intenção declarada de a linchar: "É para que toda a gente saiba", disse um dos meninos entrevistado pela televisão. "a partir de agora vai ser assim".

Durante o dia, centenas destas crianças distribuem-se pela cidade, tentando vender aos automobilistas todo o tipo de produtos, desde latas de manteiga, tabaco, canivetes ou candeeiros, a máquinas de cal-

cular, espelhos e mesmo pesados aparelhos de ar-condicionado. Quando interrogados, a maior parte assegura ter comprado estes produtos, a preços um pouco mais reduzidos, no grande mercado do Roque Santeiro. Há quem garanta, porém, que por detrás dos meninos se ocultam importantes redes de comerciantes paquistaneses e libaneses. A noite, as crianças reúnem-se nas praias da Ilha, no Largo da Mutamba, em frente ao Banco Nacional ou na Sagrada Família, procurando vencer juntos o medo da escuridão. Alguns drogam-se aspirando gasolina. Manito, 12 anos: "a tua cabeça começa a girar bué. Deixas de pensar. É bom".

A Unicef organiza uma vez por mês uma Jornada da Criança de Rua, montando tendas num amplo descampado em frente ao Largo das He-

roinas. Recolhem as crianças dispersas pela cidade, juntam-nas nas tendas e servem-lhes refeições quentes. A ocasião é aproveitada para ministrar pequenos cursos de saúde pública: "preocupam-nos sobretudo as doenças de pele e a transmissão da sida", diz Menga Tomaz, do departamento de Educação da Unicef. A organização mantém ainda uma Clínica Móvel que duas vezes por semana, sextas e sábados, percorre de noite as ruas de Luanda: "tratamos em média quinhentas crianças por mês". Para além da Unicef e da Cruz Vermelha, também diversas organizações não governamentais, como a Acção pela Vida, se ocupam actualmente com o drama das crianças abandonadas. "Apesar disso", reconhece Menga Tomaz, "ainda não conseguimos atender a maioria dessas crianças. E elas são cada vez em maior numero". ■



ANGOLA

Crise política entra em cena

EXPRESSO, 7.1.95

O PRESIDENTE angolano, José Eduardo dos Santos, aproveitou a tradicional mensagem de fim do ano para apresentar o «cartão vermelho» ao Governo de Marcolino Moco, abrindo uma crise que fez aflorar um conflito institucional latente. Enquanto vários ministros se queixam, em privado, da falta de solidariedade do chefe de Estado, nos bastidores, os adversários de Eduardo dos Santos acusam-no de se comportar como uma «raposa velha», ao deixar cair as sucessivas equipas económicas quando o descontentamento popular atinge níveis críticos.

Mas outros analistas salientam que o Presidente tinha de intervir face a um governo que perdeu a confiança da população e se revelou incapaz de evitar a paralisação do aparelho produtivo, o aumento vertiginoso da massa monetária e a desvalorização galopante do kwanza, de consequências devastadoras para o poder de compra.

A opinião pública espera que as críticas de Eduardo dos Santos não terminem com a demissão de Moco mas que dêem origem a um debate sobre o estado da nação. E exige que o Presidente se empenhe numa cruzada pela restauração da ordem e da autoridade do Estado e pela moralização de um sistema minado pela corrupção.

E pela primeira vez essa exigência é associada a uma possível reforma constitucional que delimite claramente as competências e as responsabilidades da presidência e do Governo, acabando com as indefinições do actual regime semipresidencial.

A crise política é ainda agudizada pela próxima chegada a Luanda de uma missão do Fundo Monetário Internacional, que condiciona o apoio financeiro ao Governo angolano à tomada de medidas drásticas para clarificar e reduzir o endividamento externo e acelerar a liquidação dos pagamentos atrasados.

Estas exigências encontram fortes resistências entre os «duros» do MPLA, que agitam o espectro de uma explosão social. As manifestações dos mutilados de guerra, que saíram para a rua na quinta-feira, cortando estradas e ocupando repartições públicas e residências particulares, são um

sinal do que pode vir a acontecer em breve.

Lentidão do processo de paz

A lentidão do processo de paz com a UNITA é outro motivo que exacerba o descontentamento popular.

O anúncio da realização, na próxima terça-feira, de um encontro entre os chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas angolanas e da UNITA contribuiu para aliviar a tensão. Mas em Luanda ninguém duvida que os problemas logísticos e de segurança que continuam a dificultar o diálogo escondem desacordos mais profundos sobre o verdadeiro conteúdo do Protocolo de Lusaca.

Segundo uma fonte governamental, «o importante é não permitir que a UNITA retome a iniciativa operacional para que não seja tentada de voltar a fazer a guerra».

Num gesto que evidencia o crescente envolvimento da França ao lado da UNITA, os serviços secretos franceses em Kinshasa enviaram um emissário a Luanda para obter garantias de segurança para a representação da UNITA na Comissão Conjunta (CC).

O chefe da delegação da UNITA na CC, Isaias Samakuva, regressou a Luanda depois de duas semanas de reuniões com Savimbi e a direcção da UNITA e a comissão reiniciou sexta-feira os seus trabalhos com uma nova dinâmica. Eduardo dos Santos prontificou-se para enviar nos próximos dias uma carta a Savimbi de forma a acelerar os preparativos da «cimeira» entre os dois líderes. No mesmo sentido foi também acordado que a CC se deslocaria em breve ao Futungo de Belas e ao Bailundo, onde será recebida em audiência pelo Presidente angolano e pelo líder da UNITA.

E o Presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, que deve visitar Luanda na próxima semana, anunciou que será portador «de um recado muito importante para o meu irmão Dos Santos».

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

A vingança da sereia

PÚBLICO, 7.1.95

O KINAXIXE fica hoje no coração de Luanda. Há cem anos atrás, porém, ainda os caçadores se escondiam à espera dos leões junto a uma grande lagoa que ali existia. Cinquenta anos mais tarde os leões tinham desaparecido, mas a lagoa continuava a atrair crianças, à procura de passarinhos — celestes, cucos, viuvinhas —, bem como muita gente humilde que ali se deslocava para prestar homenagem às quiandas (sereias), depositando ofertas nas encruzilhadas: podiam ser doces, vinho, ou pequenas moedas tingidas de tacula. Os colonos portugueses pobres, muitos deles desempregados, iam à noite em busca dessas oferendas e alguns — diz-se — sobreviviam disso.

O rápido desenvolvimento de Luanda, a partir dos anos sessenta, condenou a lagoa. As autoridades coloniais decidiram construir uma série de grandes blocos de habitação no Kinaxixe, em redor da respectiva praça, e a lagoa foi drenada e coberta de terra. A decisão, bem recebida pelos colonos europeus, provocou o horror silencioso dos velhos luandenses: «A quianda vai-se vingar», murmuravam. Conta-se que alguns trabalhadores se recusaram mesmo a derrubar uma enorme cassoneira, árvore de onde se extrai a summa, jurando que a cada machadada ouviam os gemidos da quianda e que dos golpes abertos no tronco corria sangue.

Vinte anos depois da independência a quianda parece estar prestes a consumir a temida vingança — oculta entre os prédios a lagoa ressurgiu, num cenário de apocalipse, arrastando para o fundo velhos camiões e envolvendo tudo com o seu hálito de limos e de lodo. Indiferentes à ruína as crianças brincam, atravessando as águas, caçando rãs, escondendo-se nos esqueletos dos camiões. Quem visite o Kinaxixe, parando junto ao bloco de betão onde já esteve uma grande estátua de homenagem aos mortos portugueses na Grande Guerra (popularmente conhecida por Maria da Fonte), e onde continua um velho tanque soviético, agora encimado por uma pomba da paz, dificilmente imagina que ali ao lado uma lagoa ressuscita. Muitos luandenses asseguram mesmo que por detrás daqueles prédios têm desaparecido pessoas: «a quianda leva as pessoas, deita-se com elas no fundo das águas e depois deposita-as vivas em lugares remotos».

António Ole, 42 anos, o mais conhecido dos artistas plásticos angolanos, foi recentemente contactado pelo governo para construir uma escultura em ferro que deverá substituir o decrepito tanque de guerra na Praça do Kinaxixe. Ole, que há alguns anos atrás ofereceu à população da cidade uma outra escultura, em cores garridas, pensa recuperar a imagem do lugar levantando um trabalho de apelo à paz e à reconciliação. Pode ser que sirva também para sossegar a quianda. ■ J.E.A.

Dezanove anos depois da independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975, os repórteres do PÚBLICO encontraram em Luanda — marcada pela guerra e por uma gestão ruinosa — o rosto evidente do horror. Mas nos lugares mais improváveis descobriram também sinais de vida e renascimento. Um país à espera da sua hora.

A vida no limite

Texto: José Eduardo Agualusa
Fotografias: José Manuel Ribeiro

PÚBLICO MAGAZINE, 8.1.95

Um homem atravessa inteiramente na Rua do I Congresso do MPLA e sem que ninguém repare nele, senta-se em frente ao edifício do parlamento angolano, o antigo Cinema Restauração. Subindo a rua encontra-se o Hospital Josina Machel, que começou a ser construído em Dezembro de 1864, sobre as ruínas do convento de São José, e é ainda hoje a mais importante unidade hospitalar do país. Quando os deputados se reúnem, o que felizmente não acontece muitas vezes, a polícia fecha a rua ao trânsito automóvel ("razões de segurança") e então é comum verem-se populares levando às costas os seus doentes. É uma imagem que já não escandaliza ninguém; da mesma forma, pouca gente repara neste homem, que há vários meses se passeia nu em frente ao parlamento. O fotógrafo do PÚBLICO repara. Levanta a máquina, e depois volta a baixá-la horrorizado: "Não posso fotografar isto!" O homem tem uma ferida aberta no ventre e os intestinos expostos à luz.

"O nosso belo país está moribundo", alertou Eugénio Manuvakola, pouco depois de assinar o Acordo de Paz de Lusaca. O visitante que hoje desembarque em Luanda rapidamente se convence que o secretário-geral da UNITA exagerou no seu optimismo. Aparentemente, Angola já morreu. O Estado angolano, pelo menos, não parece capaz de exercer a maioria das suas funções. A saúde e a educação entraram em colapso, com os professores em greve, exigindo aumento de salários porque aquilo que ganham não chega para duas refeições. Em plena capital, morre-se de malária, de cólera ou de doença do sono. Os médicos desaperaram por falta de meios e ainda têm de se defrontar com a revolta dos doentes e seus familiares — há histórias de clínicos perseguidos a tiro dentro dos hospitais.

Os meninos de rua, fenómeno recente em Angola, contam-se já aos milhares. Na sua maior parte, ocupam o dia vendendo todo o tipo de utensílios, que por sua vez adquirem a preços ligeiramente inferiores no grande mercado paralelo de Luanda, o Roque Santeiro: vendem cigarros, canivetes, relógios, pentes, máquinas de calcular, espelhos, rádios, secadores de cabelo, e até aparelhos de ar condicionado. Outros levam carros, transportam volumes, pedem esmola. À noite estendem-se nos passeios ou constroem pequenas barracas nas arvores da Ilha, onde outrora os luandenses iam namorar.

Quanto à criminalidade, há quem diga que se mantém ao mesmo nível dos últimos anos e quem assegure que, pelo contrário, o crime organizado actua agora de forma totalmente impune: "Em Setembro roubaram-me o carro", conta José Carlos, um médico de 42 anos. Carlos foi então falar com um amigo, ligado à polícia: "Não te preocupes", disse-lhe o outro, "pelas características do carro já sei quem deve ter sido". Dirigiram-se então os dois a casa do presumível ladrão. O homem convidou-os a entrar, ofereceu-lhes de beber e finalmente quis saber o motivo da visita. Quando Carlos disse ao que vinham, o ladrão sobressaltou-se: "Palavra de honra que não fui eu", garantiu, "aliás, se tivesse sido, vendia-lhe já o carro!" O negócio de carros, roubados ou desembarcados ilegalmente no país, alimenta redes importantes, algumas delas dirigidas por estrangeiros. É o caso dos búlgaros, que instalaram a sua oficina de frente à respectiva embaixada.

O aparato policial diminuiu, mas em contrapartida a corrupção entre os agentes tornou-se prática habitual. Qualquer pequena infração de trânsito ou a menor irregularidade nos documentos do carro serve de pretexto: "No

livrete diz que o veículo é branco e afinal é malhado." Tentando não perder a paciência, o motorista explica que as manchas na pintura se devem a um acidente: "Não importa o motivo", insiste o polícia, "o certo é que esse veículo não é branco." Uma situação deste tipo termina quase sempre com um apelo directo: "Estamos a passar mal, amigo, deixa lá ficar qualquer coisa para uma gasosa."

Fotografar parece ser outra actividade susceptível de atrair polícias, ou simples cidadãos saudosos do passado. No Roque Santeiro, os jornalistas do PÚBLICO são Interpelados por um destes vigilantes, um jovem vestido de negro, óculos escuros: "Não sabem que é proibido fotografar o mercado?" Não é. Segundo a actual legislação, só não se pode fotografar o perímetro do Futungo de Belas, residência oficial do Presidente angolano, e objectivos militares. Além disso, o país agora vive em democracia, a democracia voltou, e até a chuva, rara em Luanda, parece que também vai voltar (apontamos as nuvens escuras no céu). Pela primeira vez, o jovem sorri: "O problema", diz, "é que a chuva vem. Mas depois a chuva vai."

Paradoxalmente, os militantes da UNITA que se conseguiram salvar em 1992 (daquilo a que eles chamam "o massacre" e a que o governo e a generalidade dos luandenses designa por "os confrontos") movem-se por toda a parte em inteira liberdade. Vitorino Hosi, advogado, confessa sentir medo, mas ao mesmo tempo reconhece que nunca recebeu qualquer ameaça directa. Antigo representante da UNITA na Comissão Nacional Eleitoral Hosi chegou a ser nomeado ministro da Cultura, cargo que permanece vago. Actualmente é membro da Comissão Conjunta saída dos Acordos de Lusaca, mantendo-se como consultor de uma conhecida empresa multinacional. A sua vida seria normal não fosse o facto de não obter autorização para se ausentar do país. Tendo vivido muitos anos em Lisboa — estudou na Universidade Católica —, diz ter saudades de tudo, mas principalmente de sair de casa, de manhã, para tomar uma bica.

É preciso conhecer um pouco melhor Luanda para descobrir, ocultos entre o caos, o ruído, a miséria e o horror, alguns claros de esperança — histórias de gente que resiste, pequenos prodígios, notáveis projectos nascidos na sombra e que assim permanecem, mesmo se são a única evidência de que Angola não só não morreu como poderá ainda retomar o antigo vigor. Nos arredores de capital angolana, por exemplo, existe desde 1990 um Centro de Recuperação de Mutilados cujo trabalho seria considerado modelar em qualquer país do mundo. Quando o visitámos, aproveitando uma conferência de imprensa convocada pela Associação Nacional dos Deficientes Angolanos (ANDA), um membro do Governo confessou nunca antes ter ouvido falar em tal projecto. Não admira, já que embora seja comum escutar queixas de dirigentes angolanos, acusando a imprensa internacional de apenas divulgar o lado sombrio do país, os meios de comunicação nacionais raramente noticiam factos positivos. A confirmar que assim é, a conferência de imprensa da ANDA nunca chegou a ser transmitida pela Televisão Popular de Angola (TPA). Também a inauguração da magnífica exposição-instalação de António Ole, "Margem da Zona Limite" (o mais importante acontecimento deste tipo desde a independência), não mereceu do oficialíssimo "Jornal de Angola" senão uma breve coluna. Já os duvidosos prodígios de Papá Kitoko, famoso curandeiro, contam com a benevolente atenção da TPA, da mesma forma que a recente inauguração de um sofisticado "pub", propriedade de Melo Xavier, ex-membro da banda do cantor espanhol Joselito, deputado eleito pelo MPLA e um dos homens mais ricos de Luanda, contou com o público

apoio do governador da cidade, Justino Fernandes.

Apesar de tudo isto, à margem do Estado e tantas vezes quase em segredo, a sociedade civil procura reorganizar-se. O pequeno comércio continua em expansão e por toda a parte, sobretudo nos musseques, surgem sapatarias, oficinas mecânicas, alfaiatarias, lojas de roupa. Dotados de uma inextinguível autoconfiança, os luandenses gostam de dar aos seus estabelecimentos designações superlativas: um Salão de Beleza é, na maioria dos casos, uma simples casa de tijolo bruto com telhado de zinco. Um Centro Comercial pode ser composto por apenas duas destas casas, uma ao lado da outra. Prosperam também os restaurantes populares, alguns especializados em culinária angolana, como as "cacussarias", que servem cacusso, um peixe do rio, assado no carvão. A Cacuserie Estrela é exemplo de um destes estabelecimentos optimistas, com o nome maior do que o aspecto.

Angola, país feito de sombras — é certo — mas também de alguma luz oculta, não se resume em dez retratos. Talvez estas histórias possam, no entanto, ajudar a perceber melhor essa sociedade civil de que por vezes se fala, mas a que raras vezes se atribui um rosto. O ano de 1994 não trouxe ainda a paz para Angola, trouxe porém o fim da guerra; 1996 terá de ser o ano da sociedade civil.

Angola em 10 retratos

Dias Kanombo
investigador kimbanguista

Nos anos 80 foi um dos mais activos elementos da juventude da UNITA em Portugal. Alto, enigmático, sempre vestido de verde, chamavam-lhe "o Grilo". Ele próprio gostava de se apresentar com diferentes nomes e consoante o interlocutor saltava do português para o francês, o inglês ou até o suéco, com a mesma facilidade com que falava umbundu, kikongo ou otchivambo, o luminoso idioma do seu próprio povo — os quanzhanas. Dias Kanombo, admitamos que é este o seu verdadeiro nome, fundou depois o Fórum Democrático Angolano (FDA), que abandonou logo que este pequeno partido, composto sobretudo por jovens dissidentes da UNITA, passou a ser notoriamente controlado pelos serviços de contra-informação do regime.

Repareceu em Luanda em 1992, nos dias febris da campanha eleitoral, despertando em muita gente dúvidas antigas: "Final para quem trabalha este homem?" Kanombo responde à pergunta com uma gargalhada: "Trabalho para o Ciciba, Centro de Investigação da Civilização Bantu, e estou agora baseado em Durban, na África do Sul, onde estudo a relação entre o antigo idioma egípcio e algumas línguas bantu, em particular o zulu." Trabalhando como investigador do Ciciba em Durban, leccionando egiptologia em Dublin, ou fazendo pesquisas no Egipto ou na

Continua na pág. 11

Continuação da pág. 10

A vida no limite

Suécia, países que visita com frequência. Dias Canombo parece actuar também como importante elemento de ligação da Igreja Kimbanguista, o mais extraordinário culto africano a alcançar expressão internacional.

Tudo terá começado na pequena aldeia de Nkamiba, então Congo Belga, a 8 de Março de 1921. Nessa noite, Simão Kimbangu, catequista, antigo aluno de uma missão baptista inglesa, sonhou que um anjo o visitava. Soube no mesmo instante que era a reencarnação do Espírito Santo e que tinha vindo ao mundo cumprir uma missão: "Os povos negros foram os primeiros a cortar relações com Deus", explica Dias Kanombo, "em consequência disso são os principais responsáveis pela decadência do mundo". A missão do Espírito Santo, encarnado no pobre catequista de Nkamiba, seria a de recuperar para Deus os negros de África, salvando assim toda a humanidade. Simão Kimbangu começou no dia seguinte a curar doentes incuráveis e a ressuscitar os mortos. Em pouco tempo se espalhou por todo o território a novidade daquele santo que operava prodígios e Nkamiba encheu-se de peregrinos. Incapazes de compreender o fenómeno, as autoridades belgas acusaram Kimbangu de promover a desordem, prenderam-no e condenaram-no à morte. Comutaram depois essa pena em prisão perpétua, terminando por o desterrar para o Katanga, onde em 1951 veio a falecer. A sua doutrina, porém, continuou a expandir-se. Hoje, o kimbanguismo é a religião mais popular do Zaire. Na África do Sul, milhões de negros, os zionistas, seguem os seus ensinamentos, enquanto no Egipto encontrou o apoio irrestrito da Igreja Kopta.

Dias Kanombo tomou contacto com a doutrina kimbanguista, ainda criança, através de um tio, emigrante na Zâmbia: "Ele contava-nos histórias do Egipto antigo, e isso acabou por determinar o meu destino." Nascido em Cuvelai, no Cunene, Canombo é neto por linha materna de um régulo local. O pai, alfaiate e pastor de gado, era também catequista numa missão luterana finlandesa. Canombo chegou a frequentar o seminário, mas rapidamente concluiu que não tinha vocação para padre, vindo a completar o ensino secundário no Liceu do Lubango. Mais tarde, frequentou a Universidade Kopta, no Egipto, licenciando-se em Egiptologia.

Outra vez em Luanda, acompanhando o processo de pacificação do país, Dias Kanombo veste o inevitável fato verde, gasto, quase sem cor. Preso ao casaco traz uma enorme estrela de cinco pontas, símbolo da Igreja Kimbanguista. É ele que nos leva a visitar o Centro de Acolhimento, onde a Igreja de Jesus Cristo Sobre a Terra pelo seu Enviado Especial Simão Kimbangu — é esta a sua designação oficial — recebe e educa crianças abandonadas. Próximo de Viana, a igreja mantém um hospital que não deve nada às unidades estatais.

Qual é, porém, a influência do kimbanguismo, em Angola, ao nível das estruturas do poder? A acreditar em Dias Kanombo, poderá ser muito maior do que normalmente se pensa (normalmente nem se pensa nisso): "Em 1990", assegura, "o Presidente José Eduardo dos Santos enviou o seu avião particular para trazer até Luanda Joseph Nianguenda (o actual chefe espiritual da Igreja). Nianguenda veio a Luanda por três vezes e deixou conselhos dourados. Conselhos que contribuíram para a assinatura dos Acordos de paz de Bicesse." ● ● ●

Teta Lando cantor e compositor

Alberto Teta Lando era já um dos nomes mais importantes da música popular urbana de Angola quando em 1975 lançou "Independência", um álbum de apelo à paz e à unidade entre todos os angolanos. "Eu não apoiei nenhum partido em especial", diz o cantor, "lembro-me alias de uma cena muito interessante. Venho um fim-de-semana a Luanda, eu vivia então no Uije, e sou contactado por simpatizantes dos dois partidos, MPLA e FNLA. Veio o MPLA e entregou-me cartazes do Agostinho Neto para colar. Depois veio a FNLA e pediu-me para levar três jovens que iam para o Kinkuzu receber treino militar. Eu aceitei os dois. Pelo caminho, pedi aos jovens que iam para Kinkuzu

para colarem os cartazes do MPLA. Os jovens ao princípio não queriam aceitar — 'ó Kota [velho], assim não dá'. 'Não dá como? Dá sim.' E assim foi." Naquele caso resultou, mas depois nunca mais ninguém o escutou. Naqueles anos difíceis, não defender apenas um partido, contra todos os outros, significava estar do lado do inimigo.

Identificado como simpatizante da FNLA, Teta Lando foi forçado a procurar refúgio na vizinha República do Zaire. "Logo que cheguei fui convidado para cantar com aquele que é, quanto a mim, o maior artista que África já produziu, Franco Luambo Makiadi. Só não o fiz porque o salário que me ofereciam era muito pequeno. E como a única coisa que tinha levado comigo era o carro, tornei-me taxeiro." Motorista de táxi na desvirada cidade de Kinshasa. A sua situação espantava e incomodava os angolanos: "Às vezes apareciam clientes angolanos. Teta Lando? Você por aqui, e ainda por cima taxeiro?"

Um desses angolanos ofereceu-lhe uma passagem para Lisboa. Teta Lando conhecia bem a capital portuguesa, onde nos anos 60 frequentara o Instituto Superior Técnico, mas não era nesta cidade que ele pretendia fazer carreira. Com um passaporte zaireense e sem visto válido para França, passou a fronteira e saltou e chegou a Paris: "Ficava espavorado quando, no metro, via as pessoas a tocar guitarra e a pedir esmola. Se esta gente toca assim e está aqui, pensava eu, então o que é que vai ser de mim?" Conseguiu no entanto arranjar emprego como animador num restaurante, interpretando música africana e brasileira, e pouco depois já cantava com o lendário músico camaronês Manu Dibango, entre outros nomes importantes dos ritmos de África.

Em 1981, lançou um dos melhores álbuns de sempre da música angolana, "Eu Vou Voltar". Promessa que cumpriria sete anos mais tarde. Casos como o dele — angolanos que podendo viver bem fora do país aceitaram regressar — são ainda raros. Teta Lando, porém, acredita que só com o regresso de todos os exilados e refugiados será possível recuperar Angola: "Todos ainda somos poucos." Proprietário de uma empresa de importação de cassetes e discos de música africana, a Makino, Teta Lando pretende também começar a produzir música angolana: "Neste momento, estou mais interessado em revelar novos valores do que em gravar um disco meu." ● ● ●

José Maria Coelho empresário

Ha vinte anos que sou funcionário do Estado na fábrica da minha família." José Maria Coelho, 44 anos, fala sem mágoa nem sarcasmo. A sua situação é semelhante à de outros angolanos e portugueses que após a independência viram as suas empresas nacionalizadas, mas apesar disso permaneceram no país, como gestores públicos, recebendo em muitos casos um ordenado simbólico. O que distingue José Maria de outros empresários e que não se limitou a ficar de braços cruzados, à espera que o Estado lhe devolvesse a fábrica — importante unidade de produção de massas alimentícias nos arredores de Luanda. Logo que o regime angolano deu por encerrada a experiência socialista, partiu para a luta. Em 1991, com o apoio da mulher, criou uma pequena indústria, quase artesanal, para a produção de cones de sorvetes. Com o lucro obtido construiu um edifício moderno, bem equipado, e hoje orgulha-se de cumprir todas as regras estabelecidas pela Comunidade Europeia, tendo montado inclusive uma pequena estação de tratamento de águas.

José Maria é ainda proprietário de uma pastelaria e de alguns hectares de mata, em Calumbo, onde se dedica à criação de gado. Comprou também um amplo terreno junto à fábrica: "Antigamente não havia nada aqui. Era tudo seco." Hoje é um espaço verde, repousante, muito longe da cidade agressiva e ruidosa em que se transformou Luanda. Batatas, mangas, bananas, na quinta de José Maria encontra-se de tudo um pouco. Mas o que ele mais gosta de mostrar são as videiras, armadas à moda do Minho, que produzem excelentes

uvas de mesa. No centro do terreno, construiu uma casa, piscina, e à sombra fresca do péto instalou uma mesa comprida, onde aos domingos gosta de reunir os amigos.

Homem enorme, de riso fácil, comove-se quando fala da sua cidade natal, o Huambo: "O Huambo era um jardim." José Maria não esquece igualmente a Casa dos Rapazes, instituição onde estudou, em regime de internato, durante dez anos: "No Natal, a cidade inteira vinha ver o nosso presépio." Um presépio animado, tendo ao fundo um inesperado mar de ondas verdes.

O futuro? "Neste país não falta trabalho. Eu sou do Huambo, e a malta do Huambo não tem medo do trabalho. Pode escrever, nós vamos levantar Angola."

Ana Clara Guerra Marques bailarina e coreógrafa

Numa das suas coreografias mais recentes, "Palmas, por Favor", Ana Clara Guerra Marques colocou uma latrina no meio do palco: "Palmas para o caos e a desgraça em que a nossa sociedade vai mergulhando", lê-se no folheto de apresentação do espectáculo: "Que importa que nos precipitemos falésia abaixo, se até já aprendemos a gozar o prazer da queda livre?" Uma mulher, vestida como uma princesa, atravessa todo o cenário sentada num carrinho de obras, abandonando-se com um leque, enquanto um criado de luvas brancas a empurra lentamente: "Absurdo? Na nossa sociedade o insólito e o absurdo estão em toda a parte. A loucura já não perturba. O inaceitável é aceite sem discussão. Mas quando nós transpomos esse limite para cima de um palco, então sim, as pessoas sentem-se incomodadas."

Filha de angolanos, Ana Clara Guerra Marques é no entanto alentejana de nascimento: "O meu pai", explica, "tinha acabado o curso de Engenharia e estava a fazer um estágio em Elvas. Por isso eu nasci lá." A mãe, linguista, inacrevemente ainda criança na Academia de Bailado de Luanda, dirigida por Maria Helena Coelho: "Era uma escola dependente da Royal Academy of Dancing, de Londres. Vinham sempre professores ingleses fazer-nos exames." Com a independência, e o início da guerra civil, os professores abandonam o país: "Até 1977 ainda tive aulas com a Ana Manjerico. Mas depois também ela se foi embora. Então o António Jacinto, que era na época ministro da Cultura, convenceu-me a ficar à frente da escola. Eu tinha apenas 16 anos."

Vivia-se em plena revolução, num ambiente de grande histeria nacionalista. Muita gente, mesmo ao nível das estruturas oficiais, recusava apoiar uma escola de dança considerada de matriz colonial, num país que pretendia regressar a África: "Foi muito difícil", reconhece Ana Clara, repetidamente confrontada com acusações de racismo e elitismo: "Nós começámos por fazer dança clássica e só muito mais tarde tentámos adaptar temas de compositores angolanos, ou estilizar movimentos da dança tradicional."

Em 1988, Ana Clara partiu para Lisboa com o objectivo de estudar dança moderna: "Em 1991, depois de regressar, montei um espectáculo chamado 'A Propósito de Luégi'. A intenção era precisamente partir das danças tradicionais, neste caso do Leste de Angola, para criar uma dança moderna. Também trabalhei elementos escultóricos." Ana Clara inspirou-se igualmente no romance de Pepetela, "Luégi", prolongando um curioso jogo de espelhos — neste livro, o escritor benguelense conta a história de uma bailarina que no ano 2000 tenta encenar o mito da rainha chokwé, Luégi, de quem recebeu o nome. É tudo um pouco mais estranho sabendo-se que Pepetela dedica o livro à filha, também chamada Luégi, que foi aluna de Ana Clara.

"A dança deve sair dos palcos", defende a bailarina. "Em particular num país como Angola devemos tentar ir ao encontro do público, onde quer que ele esteja." Para cumprir este

Continua na pág. 12

Continuação da pág. 11.

A vida no limite

objectivo, Ana Clara já dançou num tanque de água; ressuscitou cadáveres nas mesas de bilhar da velha cervejaria Biker — impressionante na sua esplendorosa decadência — e assustou os visitantes de uma exposição de pintura fazendo os bailarinos saltar das janelas.

Obrigada a encerrar a Escola de Dança por falta de recursos, Ana Clara continua a dirigir a Companhia de Dança Contemporânea: "O que eu pretendo é criar uma linguagem angolana de dança contemporânea. O nosso grupo foi há poucos dias seleccionado para participar num projecto da Fondation Afrique en Créations, cujo objectivo é precisamente criar uma linguagem nova, feita a pensar no homem moderno, a partir das danças tradicionais." Nenhum dos membros da companhia é profissional: "Há dois militares e os outros são estudantes. Aquilo que ganham com a dança não lhes permitiria sobreviver." Ela própria, a viver em casa dos pais com uma filha de cinco anos, ganha apenas seis milhões deanzas, isto é, menos de 1600 escudos por mês. ● ● ●

Tony Sofrimento treinador de basquetebol

"Muita gente diz que não nos portámos bem no mundial de basquetebol, em Toronto", Tony Sofrimento, 35 anos, treinador-adjunto da selecção angolana de basquetebol, levanta a voz: "Essas pessoas não sabem as condições em que treinamos. Quando eu disse aos técnicos estrangeiros, em Toronto, que alguns dos nossos jogadores não conseguiram comer todos os dias e que muitas vezes treinamos com uma única tabela quando devíamos treinar com seis, quando lhes disse isto, eles não acreditaram."

Em 1994, Angola portou-se mal em Toronto; em contrapartida, conquistou a taça de África pela terceira vez consecutiva. Um prodígio, atendendo ao estado geral do país e à degradação das estruturas desportivas: "Um prodígio que se deve aos anos de massificação desportiva." Tony tem saudades do socialismo: "A partir de 1961", explica, "com o início dos primeiros levantamentos nacionalistas, as autoridades coloniais começaram a investir na melhoria das condições de vida das populações, no ensino, na habitação, e tudo isto teve reflexos na qualidade do desporto. No entanto, os clubes eram ainda muito selectivos. Após a independência, os clubes passaram a estar vinculados a grandes empresas nacionalizadas. Por exemplo, o Benfica fundiu-se com o Atlético, passou a ser sustentado pela Sonangol e transformou-se no Petro Atlético. Os desportistas eram pagos por essas empresas e tinham ordenados largamente superiores à média. Além disso, o Estado favorecia a prática do desporto. Tudo isto permitiu descobrir e criar grandes valores, sobretudo no basquetebol."

Natural da Dumba, provincia do Uije, filho de um enfermeiro e de uma professora primária, Tony Sofrimento chegou ao basquetebol por puro acaso: "Tinha eu 18 anos, em 1978, e estava na marginal assistindo ao desfile da comitiva do presidente Mobutu, na primeira visita que ele fez a Luanda. Com quase dois metros de altura, eu sobressaía. Houve um jovem basquetebolista que reparou em mim e veio ter comigo para me convencer a entrar para a sua equipa." Tony inicia então uma carreira como jogador, subitamente interrompida por um acidente de moto, que lhe provocou traumas irrecuperáveis. Vitorino Cunha, o homem forte do basquetebol angolano, convence-o no entanto a permanecer na modalidade como seu assistente e, desde 1983, que Tony é treinador-adjunto da selecção nacional.

Nunca pensou em trocar Angola por outro país onde certamente o seu trabalho seria melhor recompensado? Tony quase se escandaliza: "Não, não condeno ninguém que faça isso, e sei de técnicos angolanos que receberam boas propostas, inclusive para trabalhar nos Estados Unidos. Mas eu prefiro ficar, embora seiba que se não se começar outra vez a investir no desporto, daqui para a frente é sempre a descer." ● ● ●

Henrique Abranches escritor

"Eu tive um irmão mais novo. Lio muito. Começou muito cedo a ler livros sobre a história de Portugal e apaixonou-se pela monarquia. Aos 30 anos, advogado, era monárquico e católico. Um dia, em 1963, foi mobilizado e veio para Angola fazer a guerra. Infelizmente não resistiu ao confronto entre os seus ideais e a realidade — suicidou-se."

Como o irmão, também Henrique Abranches viu abaladas as suas convicções políticas no confronto com a realidade. Nasceu em Lisboa, em São Sebastião da Pedreira, foi um elemento muito activo do Partido Comunista Português, antes de se tornar angolano, comandante das guerrilhas do MPLA e confidente de Agostinho Neto. Nos últimos anos, os seus companheiros abandonaram a causa socialista, abriram as portas do movimento aos antigos dirigentes da FNLA e transformaram-se em eufóricos defensores da economia de mercado. "O MPLA que existe agora provoca-me um certo desgosto", confessa, "este MPLA não me interessa. Há para aí muita gente que assumiu a máscara do marxismo, como hoje assume a máscara da democracia. Nunca foram marxistas, da mesma forma que não são democratas."

Ao contrário do irmão, Henrique Abranches preferiu deixar-se viver. Descobriu que não podendo moldar o mundo à forma dos seus sonhos, podia pelo menos sonhar outros mundos. Fechado em casa, no bairro do Miramar, escreve todos os dias.

"Kisaco de Guerra" (Luanda, União dos escritores Angolanos, 1989) foi a sua primeira tentativa de reformular a intolerável visão de um país à deriva. O romance narra a saga de um grupo de jovens, isolados nos vastos areais do Sul de Angola, que consegue derrotar o exército sul-africano. Ainda em 1989, Henrique Abranches faz sair os três volumes — mais de mil páginas! — de uma estranhíssima e inesgotável utopia a que chamou "O Clã de Novembro".

"Decorria o ano de 1945", conta o escritor, "dois navios, carregados com o primeiro lote de emigrantes do Projecto de Povoamento Bandeirante, viajavam em comboio, vindos de Angola, com destino a São Salvador da Baía, quando foram surpreendidos pela inesperada passagem do cometa Berkatt, com todas as suas trágicas consequências." Os navios naufragam, mas a maioria dos ocupantes consegue alcançar uma ilha deserta. Ali ensaiam a construção de um país, com a sua particular organização política e social, arquitectura, trajes típicos, música, expressão artística e culinária. O escritor inclui mapas das novas cidades e numerosos desenhos e tinta-de-china, mostrando em pormenor o projecto das casas ou ilustrando passagens do livro.

Em 1993, Henrique Abranches lança um novo título, "Titânia", romance de ficção científica ambientado em Luanda. "Agora", diz, "estou a trabalhar em duas histórias, uma delas ainda mais esquisita que todas as outras que já escrevi. Só posso dizer que se passa num outro planeta." Angolanos num outro planeta? "Não, já não tem nada a ver com angolanos." Mas tem ainda a ver com pessoas? "Sim, são pessoas, são pessoas. É um livro que trata do engenho colectivo, do engenho humano."

Barroco, ingénio e ao mesmo tempo inquietante, Abranches propõe-nos nos seus últimos títulos, sobretudo em "O Clã de Novembro", um universo feito à sua imagem e semelhança. Velhas angústias de natureza política, social e até sexual — certas passagens quase fazem deste livro o primeiro romance "gay" da literatura africana em língua portuguesa — são aqui debatidas não apenas com sinceridade, mas mais do que isso, com uma estranha espécie de urgência: "Quer saber se ainda acredito em Angola? Não sei. A paz que vamos ter parece que irá implicar, afinal, a participação da UNITA no governo. Ou seja, em vez de ser apenas um a bater-nos, serão dois. Quanto a mim, espero morrer antes." ● ● ●

José Eduardo Queirós secretário-geral da ANDA

Aconteceu há cerca de dois anos, na região de Montes Claros, arredores de Luanda. Algumas centenas de antigos militares, armados até aos dentes, cortaram a estrada e o caminho-de-ferro e ameaçaram desencadear uma nova guerra. Teria sido uma estranha guerra. A alguns daqueles homens faltava uma perna, ou mesmo as duas, a outros um braço, e havia inclusive cegos, desgreçados a quem a fúria das minas arrancara o rosto. José Eduardo Queirós lembra-se de passar lentamente por entre estes homens, de carro, segurando uma bandeira branca. "Paizinho", disse-lhe o chefe dos sublevados, "a única coisa que a gente quer é as nossas pensões. Queremos comer. Vai dizer ao Presidente que é só isso que queremos. E diz também ao Pedalé [o ministro da Defesa] que é melhor ele não aparecer por aqui. Estás a ver aquele imbondeiro? É aquele imbondeiro que lhe vai servir de caixão." Ao fim de dois dias de intensas negociações, o secretário-geral da Associação Nacional dos Deficientes Angolanos (ANDA) conseguiu convencer o Governo a pagar as pensões em atraso e os mutilados largaram as armas.

A ANDA, única organização não-governamental angolana de apoio aos deficientes, foi proclamada a 1 de Fevereiro de 1992, elegendo como presidente Silva Lopes Etiambulo Agostinho, antigo oficial da UNITA, actualmente em parte incerta, e como secretário-geral José Eduardo Queirós. Paralelo desde os dois anos de idade, em consequência de uma poliomielite, José Eduardo nasceu em Luanda, em 1949, tendo concluído o sétimo ano no Liceu Salvador Correia. Trabalhou depois como jornalista, funcionário da transportadora aérea angolana e professor de História na escola do partido (MPLA), antes de ser convidado a leccionar no Centro de Recuperação de Mutilados de Viana.

Num país onde o número de mutilados cresce todos os dias (há mais de 13 milhões de minas espalhadas por todo o território), ser deficiente já não comove ninguém: "Antes da independência", diz José Eduardo, "havia uma espécie de paternalismo que me incomodava. Toda a gente me queria ajudar a subir e a descer escadas, queriam levar-me ao colo, e eu nunca gostei de andar pendurado às pessoas. Agora é o contrário, agora cada um salva-se como pode."

À indiferença ou agressividade da população, os mutilados respondem ainda com maior agressividade: "É natural", explica José Eduardo, "eu cresci com a minha deficiência, habituei-me a ela. Mas um jovem que de repente se vê privado de uma perna, de um braço ou da própria vista, esse jovem torna-se necessariamente um revoltado. Se não tiver o apoio da sociedade, então tudo pode acontecer." Ainda por cima, acusa o secretário-geral da ANDA, é frequente as ajudas internacionais aos mutilados serem desviadas pelas próprias autoridades.

As suas posições têm-lhe trazido problemas, mas José Eduardo não desiste: "A ANDA não é um movimento político. Porém, se nenhum partido político aceitar defender os nossos interesses, então podemos escolher também esse caminho." Hipótese capaz de assustar quer o MPLA, quer a UNITA: acontece que em Angola os deficientes constituem mais de dez por cento da população.

Papá Kitoko curandeiro

Continua na pág. 13

Continuação da pág. 12

A vida no limite

Sempre houve muitos loucos nas ruas de Luanda. Na época colonial, alguns tornaram-se figuras populares, servindo de inspiração a compositores e poetas. Após a independência, a guerra trouxe até à capital novas vagas de homens sem rumo: "Ca-
da loja tinha o seu maluco em frente da porta", recorda um conhecido comerciante. "mas apesar disso ainda era possível dar-lhes alguma assistência. Agora são tantos que a sociedade se preocupa com eles."

Não é inteiramente verdade. Numa enorme casa azul, naquele que é o maior musseque de Luanda, o Cazenga, trabalha um homem que se julga destinado a resolver o problema dos doentes mentais em Angola — Papá Kitoko. O seu nome provoca comentários contraditórios. Há quem fale dele com respeito, até com um certo temor, e quem se ria trocista: "Esse que amarra os malucos? Deviam era dar-lhe um tiro!"

Levam-nos para uma pequena sala. Em cima de secretária um enorme letreiro esclarece, "Gabinete do Terapeuta". Esperávamos encontrar um velho, mas quem nos recebe é um homem ainda novo, 36 anos, fala macia e olhar determinado. Nascido em Mequeia do Zombo, província do Uíje, no Norte de Angola, filho de curandeiros, Kitoko estudou comércio e administração na República do Zaire antes de abraçar o milenário ofício dos pais. Em 1982, a guerra alcançou o Uíje e a família Kitoko procurou refúgio em Luanda: "Ao princípio tivemos muitos problemas", lembra Kitoko, "houve muito debate. Mas depois as pessoas deram-se conta do meu dom e agora a própria Secretaria de Estado dos Antigos Combatentes é que nos entrega os militares cacimbados." Mostra uma série de fotografias testemunhando a visita recente, àquele espaço, de membros do Governo e dirigentes de partidos políticos. Ao lado dele, muito direita, de vestido verde, um bloco-notas apertado entre os dedos, está sentada uma jovem de pele luminosa. Branca, é este o seu nome, tem 27 anos e há quatro que trabalha com Papá Kitoko. É ela quem nos guia através da clínica — também lhe chama Fundação Papá Kitoko —, uma construção absurda, composta de uma sucessão de pequenas salas escuras e pátios em ruínas. Mostra-nos a capela, minúscula, o chão coberto por esteiras, altar, velas acesas, um vaso com flores: "Os doentes chegam e logo se tornam crentes", diz. "Aqui na clínica nós utilizamos ervas, raízes e argila, mas o mais importante são as orações."

Fechado entre quatro muros, um homem enfrenta o nosso olhar com o orgulho que lhe resta. Está acorrentado a um motor de automóvel. O chão de areia, a grossa cadeia de ferro, o motor corroído pela ferrugem, tudo à sua volta tem a mesma cor vermelha. "Porque é que os acorrentam?" Branca esperava a pergunta: "São violentos. Se não os prendermos batem nos trabalhadores e nos outros doentes." No pátio seguinte, dois homens e duas mulheres estendem as mãos, as palmas viradas para o céu, e rezam alto em kikongo, orientadas por um sacerdote de túnica branca. Xinguilam (agitam o corpo em convulsões) e depois acalmam, separam-se e desaparecem. Branca nasceu em Luanda, mas fala um pouco de kikongo e de lingala: "Aprendi aqui mesmo, na Fundação." Mãe de oito filhos, queixa-se que a vida se tornou impossível, os preços a aumentarem todos os dias. À pergunta de quanto ganha, responde: "Nada, estou aqui por amor." Explica depois que a maior parte dos trabalhadores são voluntários. Papá Kitoko é procurado por todo o tipo de pessoas, gente dos musseques e do asfalto, operários e burgueses: "Aqueles que podem pagar, pagam. Os outros são atendidos de coração." O resultado é que nem sempre há dinheiro para alimentar os doentes. "Comem uma vez por dia, dia sim, dia não."

Sentada na cama, uma mulher assusta-se quando vê entrar os jornalistas do PÚBLICO. "É este mesmo", diz para uma outra. Explica depois que estava naquele momento a contar um sonho e que nesse sonho aparecia um homem igual ao repórter: "Termina mal?" A mulher ri-se. "Não filho, vai descansado." Não está louca, "padece do peito". Naquele quarto há doentes com diversos problemas. Ao todo, no edifício, são 116 em regime de internamento.

"Nós vimos o grande sofrimento das massas populares", diz Papá Kitoko, "vimos os loucos a procurar comida nos contentores de lixo, vimos os soldados que perderam o norte. É preciso recuperar essas pessoas, dar-lhes banho, dar-lhes carinho, mostrar-lhes a nossa humanidade. Nós recuperamos essas pessoas e depois chamamos a imprensa, chamamos a televisão, para que toda a gente conheça o poder de Papá Kitoko."

António Ole artista plástico

Asas enormes, de asas abertas, rendilhadas, comidas pela ferrugem. Os destroços de um barco naufragado entre um monte de arquivos de época colonial, um corvo ainda agarrado à madeira carbonizada. Quarenta e tantas telas iluminadas pela rubra cor da terra. "Margem da Zona Limite", a última grande exposição-instalação de António Ole, que ocupa as quatro salas do Espaço Elinga, na Baixa luandense, pretende ser, segundo o artista, "uma reflexão sobre o estado do país, com mais interrogações do que respostas".

Ole tornou-se conhecido em 1970, ao representar o Papa Paulo VI a tomar a pílula. O quadro foi premiado no IV Salão de Arte Moderna de Luanda e logo a seguir retirado da mostra por imposição do Movimento Nacional Feminino. O artista perdeu, há muito tempo, a fúria desses anos de juventude. Não perdeu, no entanto, nem o génio crítico, nem a refinada ironia. Aos 42 anos, este luandense tímido, discreto, pode já ser apontado, com inteira segurança, como um dos grandes nomes das artes plásticas de África no século XX.

António Oliveira, é este o seu nome de baptismo, começou a pintar com 16 anos. Ao mesmo tempo fez rádio, televisão e cinema, tendo assinado doze filmes, entre os quais um histórico documentário, "O Ritmo dos N'Gola Rhythms", proibido pelo regime durante 15 anos. Trabalhando como realizador da Televisão Popular de Angola (TPA) teve oportunidade de viajar por todo o país, e dessa experiência — viu os segredos dosenhos de areia dos choqué, estudou a arte funerária do Sul — se alimenta ainda hoje a sua arte. Entre 1981 e 1985, estudou cultura afro-americana e cinema na Universidade da Califórnia, diplomando-se pelo Center for Advanced Film Studies do American Film Institute.

A eruberância e euforia das primeiras obras de Ole, em particular do seu período americano, deram lugar, como se pode ver em "Margem da Zona Limite", a um profundo sentimento de perda, uma inquietação a que não é estranha a constante presença da morte. Afinal os mesmos sentimentos que dominam a maioria dos angolanos, neste princípio de 1985. Talvez porque sejam muito mais as interrogações do que as respostas.

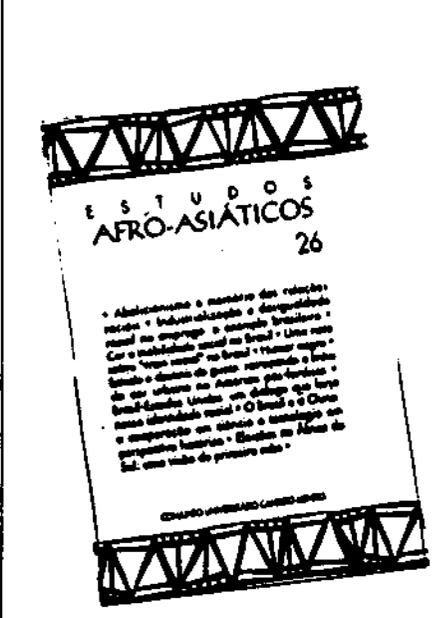
Isabel Baptista e Xana galeristas e decoradores

Isabel Baptista, 38 anos, é artista plástica. O seu marido, Alexandre Luís Neves, Xana, dois anos mais velho, já fez de tudo um pouco: foi pescador, professor de Matemática, artesão e animador de campanhas de produção agrícola no Norte de Angola. Em 1986, após o nascimento do segundo filho, decidiram construir uma casa. Aposto difícil. Naquela época, em Luanda, a construção estava quase parada. Todos os materiais, excepto o cimento, tinham de ser importados e isso custava uma fortuna. Os dois começaram então a recolher desperdícios industriais — ferro, vidro, madeira, localite, chapa lacada de origem sueca, cabos eléctricos das mais variadas proveniências. Juntaram a tudo isto dois contentores em fibra de

vidro, utilizados para o transporte de material electrónico e que existem em Luanda aos milhares, apodrecendo nas ruas. A vivenda que construíram, no velho bairro do Saneamento, ultrapassou todas as expectativas. Quem visite o casal dificilmente consegue acreditar que aquela casa seconde dois contentores, ou que toda a mobília foi feita por eles ou encontrada no lixo.

Entusiasmados com a experiência, Xana e Isabel decidiram recuperar um edifício colonial do século XIX, transformando-o em galeria de arte: "É uma casa com valor histórico", conta Isabel, "um edifício que pertence à minha avó negra, de 94 anos, uma besaangana (nome que se dá às senhoras que ainda usam os ricos panos tradicionais de Luanda) que, por sua vez, o herdou dos seus avós." Desta vez recorreram sobretudo a materiais locais, como o bordão, vara que se extrai das folhas das palmeiras, ou a belíssima tijoleira rústica, comprada a dois dólares o metro quadrado, com que cobriram o chão da larga varanda. Surgiu assim a Galeria-Bar Condrius: "Temos alugado o espaço", diz Isabel, "para mostras de pintura e escultura, lançamentos de livros e até, recentemente, para um campeonato de bridge." A paisagem, com o mar ao fundo, vale a visita. Sobretudo ao entardecer, quando as primeiras sombras descem, soltando a brisa e ocultando as velhas pedras corrompidas, a miséria das ruas, a brutal evidência de uma cidade em decomposição.

O casal criou também uma empresa que se dedica à decoração de interiores e exteriores, e à recuperação de mobiliário antigo: "Empregamos 25 homens, na sua maioria soldados desmobilizados, que trabalham para nós a tempo inteiro", diz Xana, "o meu sonho era criar uma escola-estúdio, com serralharia, carpintaria, cerâmica e tecelagem." Estamos sentados na varanda, junto ao bar, já a noite caiu sobre Luanda. Ouvindo-o falar, o corpo tenso, vibrando de entusiasmo, nada parece impossível.



ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS 26

• Abolimento e memória das relações
mútuas e industrialização e desenvolvimento
nasil no emprego e comércio tradicionais
• Cor e mobilidade social no Brasil • Uma nota
sobre "Vozes do Brasil" • "Honorários"
Sendo o destino do povo representado e
de seu sistema de trabalho por-lhe-los
Brasil-Luanda: Um diálogo que surge
• Como sobreviver no século • O Brasil e o Chile
e o império do século • Estudos de África do
Sul: um vale de progresso ou...

ASSINE JÁ •

LIGUE 531-2000 RAMAL 259

vozes em português

Pepetela*

As teias da história

PÚBLICO, 8.1.95

Nos tempos da nossa descuidada meninice, como disse o poeta, na Benguela que ainda apresentava vestígios do século passado, uma das brincadeiras principais era ir às hortas do rio Cavaco roubar fruta. Não sei porquê, o Elavoko, que não era do nosso grupo de brincadeiras, foi um dia connosco. Antes não fosse, teria evitado trabalhos. Enquanto nós atacávamos as goiabas e as mangas, o Álvaro viu um sape-sape magnífico e preparou-se para o apanhar. Também o Elavoko o tinha visto. Os dois tentaram trepar à árvore. Desconseguiam os dois, porque o outro não deixava. Apercebendo-se dos perigos da coisa, o Miguel, cuja mania de mediameiro o levava um dia a estudar Direito em Coimbra, propôs atiro moeda ao ar e quem ganhar pode comer o sape-sape. Ganhou o Álvaro. Subiu à árvore e apanhou a enorme fruta.

Estávamos sentados à sombra refastelando-nos com o que apanháramos, quando o Elavoko, que se tinha enfiado pelas árvores, voltou inconformado. Não há outro sape-sape em toda esta área. Disse-me-lhe para comer goiabas ou pitangas, fruta era o que mais havia. Não, que queria sape-sape. O Álvaro parecia absorto na fruta, mergulhando a boca no sumo ácido doce, não ligou. O Elavoko ficou de pé à frente dele e o Álvaro a comer. Era um sape-sape desconcomunal, mas ele era um glutão, comia tudo o que via e queria sempre mais. O Miguel disse para o Álvaro, eh pá, dá um bocadinho ao Elavoko, que ele está a se babar todo. O Álvaro encolheu os ombros, ele é que tinha ganho, não dava nem um caroço.

O Elavoko não sabia perder. Quando jogávamos futebol com a bola dele, se a equipa em que alinhava estivesse irremediavelmente perdida, ele apanhava a bola e ia embora antes de o jogo acabar, só para não levar derrota para casa. Estava ali à frente do Álvaro a ruminar ressentimentos e apetites não satisfeitos. De repente saltou sobre o outro, deu-lhe um murro e tentou apanhar o resto do sape-sape. O que ele foi fazer. O Álvaro comia muito, tinha um apetite devorador, mas ainda não era gordo, era forte, conseguiu ficar por cima dele e lhe encheu a cara de tanta porrada que o nariz achatado ainda ficou mais, o sangue começou a jorrar. Tivemos de parar a coisa, embora todos compreendéssemos que o Elavoko tinha merecido ficar tão estragado. Levámos o desgraçado para o hospital. Já a caminho, o Elavoko dizia, ele me roubou o sape-sape e me atacou à traição. Não ligámos, devia ser delírio de tanta pancada.

Não era delírio, não. Depois de sair do hospital, começou a contar a estória à maneira dele. Chegava-se a mim o Joaquim e dizia, pá, o Álvaro é mesmo ordinário, roubou o sape-sape e ainda por cima quase matou o Elavoko, apanhando-o pelas costas. Eu lá explicava ao Joaquim que a história era outra. Deixa isso, pá, estás a defendê-lo porque ele é do teu grupo. E notámos, nós, os amigos do Álvaro, que o mesmo se passara com outros. Em breve todos os miúdos da cidade repetiam a estória do Elavoko, cobardemente agredido por causa da ganância do Álvaro. E atacavam directamente o Álvaro, na escola ou na praia. Como ele era um pouco gago, sem o dom da oratória do Elavoko, nunca conseguia explicar-se bem, atrapalhava-se nas palavras, o que dava a nítida impressão que estava arrependido do cobarde gesto e não sabia como se desculpar.

O caso era mais grave com as miúdas. Começámos a ter problemas com elas, pois a fama de ganancioso, covarde e violento do Álvaro

transmitia-se a nós, seus amigos. Se no cinema nos chegávamos mais a uma miúda, lá vinha o remoque. Dessafasta lá, ainda me vais mandar para o hospital como o teu amigo fez ao Elavoko. Ainda tentei explicar a Tininha, minha vizinha de caracóis louros, para já ele foi só ao hospital levar uns pontos nos beiços, não ficou moribundo. Inútil. A Tininha e todas as outras não queriam mais nada connosco.

Durou tempos este ostracismo. E o Álvaro que só comia e gaguejava. Para compensar as carências do ostracismo, cada vez ficava mais glutão e gago.

Felizmente para mim, fui estudar para fora. Para trás deixei a injusta fama de violento e covarde, para trás deixei as piadas dos rapazes da minha idade. Mas os outros por lá ficaram, durante muito tempo sofrendo calados a estória do Elavoko e do Álvaro. Estória que, por persistência do Elavoko, que a contava sempre da mesma maneira, repetida pelos amigos, se tornava aos poucos a História.

Muitos anos depois, quando voltei à terra, os amigos de infância que restavam quiseram organizar um encontro. Entretanto soubera que o Álvaro e o Elavoko ainda lá estavam, mas continuavam sem se falar. A desavença continuava, apesar de terem filhos e já com netos a caminho. Por isso pus como condição que os dois também participassem. Nunca fora amigo do Elavoko, um grande mentiroso, mas em mim o tempo tinha lavado tudo. À falta do Miguel, que mediava outros conflitos pela Europa, quis experimentar os meus dotes, convencido que o prestígio adquirido pelo facto de ser um filho da terra que regressava depois de muitas aventuras me assegurasse o êxito no esclarecimento definitivo da malca.

O Álvaro foi dos primeiros a chegar. Não só pela amizade, mas também porque, chegando primeiro comia e bebia mais, ele não tinha mudado. O Elavoko chegou bem tarde, o que provocou um aumento da gaguez do Álvaro, que se foi pôr num canto, vingando-se nos risos de camarão, como só em Benguela se sabe fazer. Aproveitei a deixa e, depois de nos cumprimentarmos, disse alto: — O Elavoko, já é altura de esqueceres a surra bem merecida que o Álvaro te deu.

O tipo não se desfez. Usando a sua conhecida habilidade retórica, fazendo gestos e esgares dignos dum refinado artista de teatro, contou a estória à sua maneira, ele mandou-me para o hospital, pá, apanhou-me de costas depois de ter roubado o meu sape-sape. E explicava, explicava, quase chorava. Eu gritei: — Pára com isso, pá, eu estava lá, já te esqueceste? Por segundos ficou desamparado, mas logo se recompôs. Estavas mas já esqueceste, passaram tantos anos, mano.

O mais engraçado é que não convenci ninguém. Nem consegui fazer as pazes entre os dois, nem os demais amigos acreditaram em mim. Claro que não podiam dizer que eu era um mentiroso, virava uma espécie de herói que honrava a cidade. Mas diziam, já não te lembras, pá, passou tanto tempo... Até hoje as gentes da minha geração acham que o Elavoko, apesar de apanhado ao longo dos tempos em muitas mentiras, nessa ocasião falou verdade. E que o Álvaro, para além de continuar a ser um tremendo ganancioso, desde então foi um tipo violento, um perigo público. E isso, a estória do Elavoko hoje é História, apenas por um dos seus protagonistas ser um tremendo farsante e o outro gago. ■

* escritor angolano

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.

D H

I M P R E S S O